



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 65, DE 2025

(nº 1259/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUIZ CESAR GASSER, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 1.259

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LUIZ CESAR GASSER**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LUIZ CESAR GASSER** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de setembro de 2025.



EXM nº 160/2025

Brasília, 26 de agosto de 2025.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LUIZ CESAR GASSER**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 O atual ocupante do cargo, **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3 Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LUIZ CESAR GASSER** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA

Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira**, **Ministro**, em 03/09/2025, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 27457673539823592181420164538



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6963966** e o código CRC **8E2E8B0D** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00333.000245/2025-31

SEI nº 6945949



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1496/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ CESAR GASSER, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/09/2025, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6992553** e o código CRC **581B4604** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.000399/2025-23

SEI nº 6992553

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LUIZ CESAR GASSER

CPF.: [Informações pessoais]

ID.: [Informações pessoais]

[Informações] Filho de [Informações pessoais] e [Informações pessoais], nasce em [Informações pessoais], em [Informações pessoais]

Dados Acadêmicos:

1987	Direito pela Universidade Católica de Petrópolis/RJ
1987	Complementação Pedagógica em Letras-Inglês pela Universidade Católica de Petrópolis
1989-90	CPCD - IRBr
1999	CAD - IRBr.
2008	CAE - IRBr. Tese: Os Acordos Internacionais de Madeiras Tropicais (1983-2006): evolução normativa e implementação, à luz dos interesses brasileiros.

Cargos:

1990	Terceiro-secretário
1995	Segundo-secretário
2002	Primeiro-secretário, por merecimento
2006	Conselheiro, por merecimento
2011	Ministro de segunda classe, por merecimento
2019	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1991-93	Divisão da Ásia e Oceania II, assistente
1993-95	Embaixada em Pequim, terceiro-secretário e segundo-secretário
1996-99	Delegação Permanente em Genebra, segundo-secretário
1999-2002	Embaixada em Assunção, segundo-secretário e primeiro-secretário
2003-06	Divisão de Agricultura e Produtos de Base, assistente
2007-10	Missão junto à CEE, Bruxelas, conselheiro
2011-13	Divisão de Negociações de Serviços, chefe
2014-16	Embaixada em Dublin, ministro-conselheiro
2017	Subsecretaria-Geral da Ásia e do Pacífico, chefe de gabinete
2017-18	Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos, chefe de gabinete
2018-19	Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços, diretor

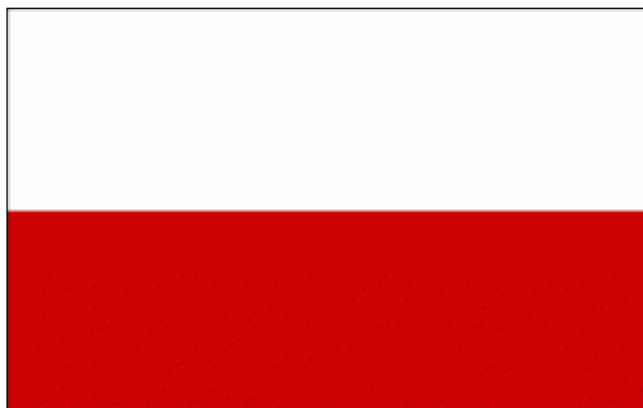
2019-22 Departamento de Promoção de Serviços e de Indústria, diretor
2002- Consulado-Geral do Brasil em Roma, cônsul-geral

Condecorações:

2012 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, comendador
2018 Ordem de Rio Branco, Brasil, grande oficial
2023 Medalha Mérito Tamandaré, Marinha
2024 Ordem do Mérito Naval, Brasil, grande oficial

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA POLÔNIA



OSTENSIVO

DADOS BÁSICOS SOBRE A POLÔNIA	
NOME OFICIAL	República da Polônia
GENTÍLICO	Polonês
CAPITAL	Varsóvia
ÁREA	312.685 km ²
POPULAÇÃO (2024)	37,5 milhões de habitantes
LÍNGUA OFICIAL	Polonês (oficial; 98,2%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (91%); Ortodoxismo (1%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional, bicameral: <i>Sejm</i> (câmara baixa) e Senado (câmara alta).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Karol Nawrocki
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Donald Tusk
CHANCELER	Radosław Sikorski
PIB NOMINAL (2023)*	US\$ 809,2 bilhões (21º no mundo; fonte: Banco Mundial)
PIB PPP (2023)*	US\$ 1,6 trilhão (20º no mundo; fonte: Banco Mundial)
PIB NOMINAL per capita (2023)*	US\$ 22.056 (67º no mundo; fonte: Banco Mundial)
PIB PPP per capita (2023)*	US\$ 46.669 (50º no mundo; fonte: Banco Mundial)
VARIAÇÃO REAL DO PIB (2016-2024)	2,9% (2024); 0,1% (2023); 5,3% (2022); 6,8% (2021); -2,5% (2020); 4,5% (2019); 5,1% (2018), 4,8% (2017); 2,9% (2016) (fonte: Escritório Central de Estatísticas)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2022)*	0,881 (36º lugar de 193 países; fonte: UNDP)
EXPECTATIVA DE VIDA (2024)	78,4 anos (fonte: Escritório Central de Estatísticas)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (dez/2024)	5,1%
UNIDADE MONETÁRIA	Złoty (PLN)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Embaixador Andrzej Cieszkowski (designado; atualmente encarregado de negócios a.i.)
EMBAIXADOR EM VARSÓVIA	Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro
BRASILEIROS NO PAÍS (2024)	Estima-se em cerca de 3.000 o número de brasileiros residentes permanentemente na Polônia.

*Dados mais recentes disponíveis em fevereiro de 2025

Intercâmbio comercial (em US\$ milhões)

BRASIL → POLÔNIA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	1.024,4	915,0	1.190	1.560	1.510	1.444	1.790	2.010,7	2.600,7	2.414,4
Exportações	494,9	427,7	595,9	857,0	850,3	826,0	903	1.083,6	1.750,8	1.385,6
Importações	529,5	487,3	560,7	700,0	661,4	618,6	887	927,1	849,9	1.028,8
Saldo	-34,6	-59,5	1,66	157,0	188,9	207,4	16,1	156,5	900,9	356,8

APRESENTAÇÃO

O Estado polonês, em suas origens que remontam ao século X, foi marcado pela cristianização do país e pelo surgimento do Reino da Polônia, que consolidaram a soberania nacional e possibilitaram a implementação de modelo político com participação ativa da nobreza na gestão do Estado.

A união dinástica polonesa-lituana, em meados do século XVI, consolidou uma monarquia forte e influente na Europa Central e representou momento de grande dinamismo cultural e político, mas também de desafios internos decorrentes da descentralização do poder e de conflitos internos, elementos que contribuíram para o enfraquecimento progressivo do reino. No século XVIII, entre 1772 e 1795, Rússia, Prússia e Áustria dividiram a Polônia entre si, ato que levou à dissolução do reino e à perda de soberania por mais de um século (123 anos), deixando marcas profundas na memória e na estrutura institucional do país.

A Polônia recuperou sua independência em 1918, tornando-se oficialmente uma república. Em 1939, o país foi novamente invadido, dando início à Segunda Guerra Mundial, tendo sido partilhado entre a Alemanha nazista e a União Soviética stalinista. No pós-guerra, a Polónia ficou sob a esfera de influência comunista e tornou-se um estado-satélite da URSS.

Em 1980, turbulência operária levou à formação do sindicato independente “Solidariedade”, que ao longo do tempo se tornou a força política central do país. Com a queda do muro de Berlim, eleições livres, em 1989 e 1990, deram ao Solidariedade a presidência e o controle do parlamento, encerrando a era comunista. A redemocratização iniciada em 1989 inaugurou novo ciclo político e econômico no país. A integração à OTAN, em 1999, e à União Europeia, em 2004, impulsionou reformas que modernizaram as instituições, fortaleceram a governabilidade e promoveram o crescimento econômico polonês.

A República da Polónia é hoje o maior país da Europa centro-oriental e faz fronteira com Belarus e Ucrânia, a leste; com a Alemanha, a oeste; com a Lituânia e a Rússia (no exclave de Kaliningrado), ao norte; e com a República Tcheca e a Eslováquia, ao sul. Trata-se de potência média política, econômica e militar, porém em franca ascensão no âmbito da União Europeia (UE). Com 37,5 milhões de habitantes e um PIB nominal, em 2023, de aproximadamente US\$ 810 bilhões, o 21º do mundo segundo o Banco Mundial, e de US\$ 1,6 trilhão, de acordo com a metodologia de paridade de poder de compra – PPP, a Polónia é atualmente o quinto maior país em população e a sexta maior economia da UE.

A Polónia é um caso bem-sucedido de transição do socialismo ao capitalismo. Desde a década de 1990, o país registrou uma das taxas de crescimento econômico mais elevadas da UE, tendo sido a única economia do bloco a não entrar em recessão por ocasião da crise financeira internacional de 2008 e uma das primeiras a registrar forte recuperação após o fim da pandemia de Covid-19. A despeito do temor inicial de que a guerra na Ucrânia pudesse gerar impacto fortemente negativo sobre a economia polonesa, as perspectivas de crescimento econômico do país nos próximos anos continuam positivas. Segundo projeções do FMI, a Polónia terá o maior crescimento do PIB entre os países da UE em 2025, em torno de 3,5%, superior à previsão de crescimento econômico na zona do euro, em torno de 1%.

A eclosão da guerra na Ucrânia, na realidade, teve como efeito colateral uma maior projeção da Polónia na Europa e no mundo, tanto em função de sua posição geográfica estratégica, quanto de seu ativismo político-diplomático no contexto do conflito. A Polónia é parceira dos países ocidentais na defesa da Europa e de seus valores frente ao que considera uma “ameaça imperialista” da Rússia, no âmbito da qual a invasão da Ucrânia não passaria de um capítulo de um plano maior de expansão russa em direção à Europa Oriental e Central.

Nesse contexto, o interesse do novo governo polonês, eleito no final de 2023, em retomar as consultas políticas com o Brasil, manifestado desde o início da gestão do governo Tusk, constitui sinal de como as relações bilaterais são vistas positivamente por Varsóvia, notadamente no contexto da ambição polonesa de ampliar sua projeção internacional. Para Varsóvia, as consultas políticas de 2025 foram, assim, oportunidade de retomar o diálogo bilateral com o maior país da América Latina e um dos atores mais influentes do chamado “Sul Global”.

A última reunião de consultas políticas entre o Brasil e a Polônia ocorreu em março de 2025, em Varsóvia, e as transformações resultantes de eleições democráticas influíram na definição de suas posições no plano internacional. Do lado polonês, assumiu o poder em 2023 uma coalizão de partidos de centro-direita e centro-esquerda liderada pelo ex-primeiro-ministro Donald Tusk, sensivelmente mais europeísta do que o governo anterior do partido de direita Lei e Justiça (PiS), mas igualmente refratária à Rússia e favorável ao apoio à Ucrânia no âmbito do conflito ainda em curso.

PERFIS BIOGRÁFICOS



Karol Tadeusz Nawrocki

Presidente da República

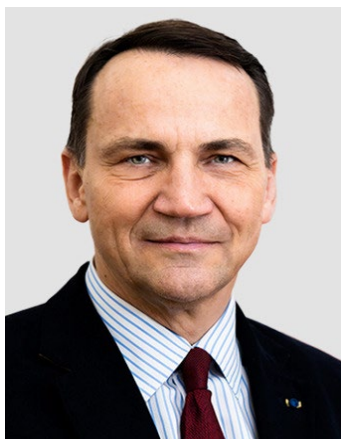
Nasceu em 1983, em Gdansk, é casado com Marta Nawrocka e tem três filhos. Nawrocki formou-se pela Universidade de Gdansk, onde obteve doutorado em história, com tese sobre a resistência anticomunista na Polônia. Foi presidente do Instituto da Memória Nacional (IPN) e diretor do Museu da Segunda Guerra Mundial em Gdansk. Embora sem experiência eleitoral anterior, seu trabalho institucional, alinhamento ideológico e baixo perfil político o tornaram uma escolha estratégica para a candidatura presidencial do PiS em 2025.



Donald Franciszek Tusk

Primeiro-Ministro

Nasceu em Gdańsk, em 22 de abril de 1957. Foi primeiro-ministro da Polônia, entre 2007 e 2014, e presidente do Conselho Europeu, entre 2014 e 2019. Ocupa novamente o cargo de primeiro-ministro desde 13 de dezembro de 2023 e é o líder do partido Plataforma Cívica (PO), o qual co-fundou em 2001. Além de político, é também historiador.



Radosław Tomasz Sikorski

Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em Bydgoszcz, em 23 de fevereiro de 1963. Já havia sido chanceler durante o governo anterior de Donald Tusk, entre 2007 e 2014. Foi marechal do *Sejm* (presidente da câmara baixa do Parlamento polonês), entre 2014 e 2015, e membro do Parlamento Europeu, de 2019 a 2023. Assumiu novamente o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em 13 de dezembro de 2023. Em 23 de julho de 2025, foi elevado pelo PM Donald Tusk ao cargo cumulativo de Vice-Primeiro-Ministro. É casado com a jornalista e historiadora norte-americana Anne Applebaum, vencedora do prêmio Pulitzer e especialista em Europa do Leste.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi o primeiro país latino-americano e um dos primeiros do mundo a reconhecer, em 1918, a restauração da independência da Polônia. O fato é lembrado com simpatia pelos poloneses, que tendem a valorizar gestos estrangeiros de apoio ao país feitos na sucessão de momentos difíceis que marcaram a história polonesa.

Em 2020, celebrou-se o centenário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Polônia. No ano anterior, havia sido celebrado o sesquicentenário do início da grande imigração polonesa para nosso país, conhecida como “o voo da águia”, em alusão à ave símbolo da Polônia. O primeiro presidente polonês a visitar o Brasil foi o lendário líder sindical Lech Wałęsa, em 1995, tendo o presidente Fernando Henrique Cardoso visitado a Polônia em 2002 e o presidente Aleksander Kwaśniewski retribuído a visita naquele mesmo ano. A última visita bilateral de alto nível foi realizada em setembro de 2015, ocasião em que o então vice-presidente Michel Temer esteve na capital polonesa.

O Brasil é o maior parceiro comercial da Polônia na América Latina, ainda que o México se tenha convertido recentemente no principal destino das exportações polonesas na região. Cerca de quinze empresas polonesas estão presentes como investidoras no mercado brasileiro, ao passo que apenas duas empresas brasileiras de maior porte têm presença no mercado polonês (Stefanini, no setor de TI, e WEG, no setor ferroviário). Na condição de duas das maiores economias mundiais (8ª e 21ª, respectivamente), o intercâmbio comercial e os investimentos recíprocos situam-se aquém das potencialidades de lado a lado, diagnóstico compartilhado pelos dois países em encontros bilaterais nos últimos anos. A integração da Polônia à União Europeia, os vínculos econômicos maduros já estabelecidos pelo Brasil com países da Europa Ocidental e a distância geográfica têm sido frequentemente apontados como fatores que levaram a esse cenário.

A despeito disso, existem notáveis vínculos históricos, sociais e culturais entre os dois países, em boa parte devido à presença no Brasil de expressiva comunidade de descendentes de poloneses, estimada entre 2 e 3 milhões de pessoas, resultante, sobretudo, das migrações ocorridas de meados do século XIX até a Segunda Guerra Mundial. Os refugiados judeus poloneses, que partiram para o Brasil no período entre Guerras, e seus descendentes formam hoje a maior parte da comunidade judaica brasileira, uma das maiores do mundo. A contribuição dos imigrantes poloneses ao desenvolvimento do Brasil é expressiva nas mais diferentes áreas, a exemplo da medicina, da física, da psicologia, do teatro, da arquitetura, da literatura e das ciências jurídicas. Trata-se de um verdadeiro patrimônio sociocultural que constitui base sólida para o aprofundamento das relações bilaterais.

O lado polonês tem expressado de forma recorrente seu interesse em aprofundar os vínculos com o Brasil e em promover visitas bilaterais de alto nível. Em 2022, o presidente Andrzej Duda, o então primeiro-ministro Mateusz Morawiecki e o então chanceler Zbigniew Rau congratularam o senhor presidente da República pelo êxito no pleito eleitoral brasileiro daquele ano, havendo o presidente polonês convidado o presidente Lula a visitar a Polónia após sua posse. Em janeiro de 2023, na sequência dos movimentos antidemocráticos de 08/01, em Brasília, as autoridades polonesas vieram a público solidarizar-se com a democracia brasileira. Registre-se, por oportuno, que o primeiro-ministro Donald Tusk e o chanceler Radosław Sikorski já se encontraram com suas contrapartes brasileiras, quando ambos ocuparam as mesmas funções no passado (encontro Tusk-Lula em Lima, em 2008, e visita ao Brasil de Sikorski, em 2012).

O chanceler Sikorski aceitou o convite brasileiro e participou da reunião ampliada de chanceleres do G-20 em Nova York (25/09/24) e, também a convite do Brasil, a Polónia aderiu, como membro fundador, à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

O partido conservador Lei e Justiça (PiS), que ocupou o poder de 2015 a 2023, buscou em sua gestão estreitar as relações com o Brasil, valendo-se especialmente das convergências político-ideológicas então existentes. Nesse período, foi intensificada a frequência das consultas políticas bilaterais, cujas quatro últimas edições ocorreram em maio de 2018 (Brasília), agosto de 2019 (Varsóvia), fevereiro de 2020 (Brasília) e julho de 2022 (Brasília). Em sua última edição, a delegação polonesa foi chefiada pelo então vice-chanceler Marcin Przydacz, que assumiu posteriormente o cargo de assessor internacional do presidente Duda, e a delegação brasileira foi liderada pelo embaixador Kenneth Haczynski da Nóbrega, então secretário de Oriente Médio, Europa e África.

No que se refere a candidaturas, Brasil e Polônia têm buscado apoiar seus pleitos de lado a lado, havendo, com frequência, estabelecido acordos de troca de votos, como ocorreu nos casos das seguintes candidaturas apresentadas desde a última reunião de consultas políticas, em 2022:

- a) TIDM (Brasil, 2026-2035) e SPT (Polônia, 2025-2028);
- b) CDH (Brasil, 2027-2029) e Comissão de Estatísticas (Polônia, 2025-2028);
- c) CDPD (Brasil, 2025-2028) e UNAIDS (Polônia 2025-2027);
- d) ACABQ (Brasil, 2024-2026) e UNIDROIT (Polônia, 2024-2028);
- e) IMO (Brasil, 2024-2025) e IMO (Polônia, 2024-2025);
- f) CDH (Brasil, 2024-2026) e CND (Polônia, 2024-2027);
- g) CIJ (Brasil, 2022-2027) e TIDM (Polônia, 2023-2032); e
- h) RRB/UIT (Brasil, 23-26) e UIT (Polônia, 23-26).

Muito embora a Polônia não divulgue antecipadamente seus votos, a atitude polonesa tem sido sempre simpática às candidaturas brasileiras, o que se percebe por ocasião das gestões feitas com esse objetivo pela Embaixada em Varsóvia. Em um caso específico, a candidatura da Dra. Thelma Krug à presidência do IPCC, em meados de 2023, o Ministério do Clima e do Meio Ambiente da Polônia se permitiu sugerir, durante gestões realizadas pela Embaixada, que o apoio polonês poderia ser conferido à candidata brasileira caso o Brasil fizesse manifestação positiva a respeito do pleito polonês de maior participação nas atividades do G-20 sob presidência brasileira.

Há acordos bilaterais já assinados entre os dois países, mas ainda pendentes de aprovação legislativa no Brasil, bem como instrumentos cujas negociações, ainda inconclusas, poderiam vir a ser estimuladas por ocasião da próxima reunião das consultas políticas. Encontram-se em negociação ou aguardam assinatura os seguintes instrumentos:

- a) Acordo de Previdência Social;
- b) Acordo de Coprodução Audiovisual;
- c) Acordo de Visto Férias-Trabalho;
- d) Memorando de Entendimento IRBr-Akademia Dyplomatyczna;
- e) Acordo de Extradicação;
- f) Acordo de Assistência Mútua em Matéria Penal;
- g) Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Defesa Cibernética;
- h) Acordo de Cooperação Esportiva;
- i) Memorando de Entendimento em Arquivologia.

- Cooperação econômica, comércio bilateral e investimentos

Em seu estado atual, as trocas comerciais e os investimentos entre o Brasil e a Polônia estão aquém do potencial de cooperação entre as duas economias, não correspondem ao peso global e regional de ambas, nem refletem os laços históricos e sociais significativos que vinculam os dois países. Nas últimas décadas, o PIB de ambos os países mais que triplicou, com a corrente de comércio

bilateral crescendo proporcionalmente, tendo atingido o total de US\$ 2,4 bilhões em 2024, contra US\$ 2,6 bilhões em 2023. O fato de que, muito embora tenha uma economia menor do que a brasileira, a Polônia registre um volume de comércio exterior superior ao do Brasil ilustra o potencial do mercado polonês para o Brasil.

No campo dos investimentos, enquanto a UE detinha no Brasil, em 2022, estoque investido de cerca de US\$ 320 bilhões, a Polônia não figurava sequer entre os 50 maiores investidores diretos no Brasil naquele ano. A limitada participação de capitais poloneses no estoque de investimentos no Brasil chama atenção ainda maior diante do fato de que o Brasil ter sido em 2023, segundo a OCDE, o segundo maior receptor de investimentos estrangeiros diretos do mundo. Note-se que o fato de o Brasil não ter ainda incorporado a seu ordenamento jurídico o acordo bilateral para evitar a bitributação, firmado em setembro de 2022 e já aprovado na Polônia, tem sido apontado, entre outros motivos, como entrave ao aumento dos investimentos poloneses na economia brasileira.

Diversos elementos de natureza política e conjuntural concorrerem para a manutenção desse *status quo* ao longo dos anos. Em primeiro lugar, e a despeito dos esforços empreendidos de lado a lado, ainda há conhecimento mútuo insuficiente sobre as realidades e potencialidades dos dois países, o que em parte resulta da reduzida prioridade atribuída a essa relação por agentes públicos e privados dos dois países em suas iniciativas econômicas. Em segundo lugar, o fato de a Polônia ser membro da União Europeia lhe garante facilidades nas suas trocas comerciais e nos fluxos de investimentos com sua vizinhança imediata. Registre-se, por oportuno, que nos últimos anos, a Polónia destinou a seus parceiros da UE, em média, cerca de 75% de suas exportações. Em terceiro lugar, a relevância atribuída tanto pela Polónia quanto pelo Brasil a seu relacionamento econômico com outros países membros do bloco europeu, o que acaba por limitar as oportunidades e os incentivos oferecidos por ambos os lados com o objetivo de promover a cooperação econômica bilateral.

A crescente relevância internacional da Polónia, tanto política quanto econômica, recomendaria ao governo brasileiro a adoção de ações concretas destinadas a incentivar a cooperação econômica bilateral, inseridas no contexto mais amplo das políticas brasileiras de diversificação e ampliação de suas parcerias econômico-comerciais. Além do Acordo de Associação Mercosul-UE, elemento avaliado como essencial para o incremento dos fluxos de comércio e de investimentos bilaterais, a implementação de dois outros acordos bilaterais já negociados poderia trazer benefícios nesse sentido: o (i) Acordo sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas (IC) e o (ii) Acordo para a Eliminação da Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e a Prevenção da Evasão e da Elisão Fiscais e seu Protocolo (ADT). Ambos os instrumentos foram assinados em setembro de 2022, tendo a Polónia já concluído os trâmites internos para sua entrada em vigor em 2023. Enquanto o IC ainda aguarda encaminhamento ao Senado Federal, o ADT foi aprovado pelo Congresso Nacional em 18 de julho de 2025.

Comércio

O comércio bilateral de bens é superavitário para o Brasil, ainda que mantenha composição desequilibrada. A pauta exportadora brasileira consiste sobretudo de *commodities* agrícolas e minerais, com registros ocasionais de bens de alto valor agregado, como as aeronaves da Embraer. Em 2024, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 2,4 bilhões, contra US\$ 2,6 bilhões em 2023 e US\$ 2,01 bilhões em 2022. As exportações brasileiras para a Polónia em 2024 atingiram US\$ 1,38 bilhão, com redução de 20,8% em relação ao valor do ano anterior, enquanto as importações chegaram a US\$ 1,02 bilhão, um aumento de 20,9% no mesmo período. Tais cifras resultaram em superávit de US\$ 358 milhões para o Brasil em 2024, frente a US\$ 904 milhões em 2023.

Os principais itens de exportação brasileiros para a Polônia são produtos primários, com destaque para farelo de soja e outros alimentos para animais (40%), minérios de cobre e seus concentrados (36%) e café (4,3%). Constan também da pauta, mas de forma oscilante ano a ano, produtos industrializados tais como máquinas mecânicas, sobretudo motores, além dos aviões da Embraer e suas partes e peças – a companhia aérea estatal polonesa LOT é um dos principais clientes da Embraer na Europa, com 47 jatos da fabricante brasileira em sua frota, o que corresponde a quase metade da mesma. As importações brasileiras de produtos poloneses, por sua vez, são compostas sobretudo por bens industrializados, tais como medicamentos, autopeças, máquinas mecânicas e móveis. Nas importações brasileiras de produtos poloneses, destacam-se máquinas e aparelhos mecânicos (21.8%) e medicamentos (16.9%).

De acordo com dados estatísticos brasileiros, a participação da Polônia no total das importações do Brasil em 2024 foi de apenas 0,4%, mesmo nível do ano anterior, tendo esse país figurado como o 42º no ranking dos provedores do mercado brasileiro (43º em 2023 e 46º em 2022). Já no ranking de destinos das exportações brasileiras, a Polônia figurou na 41ª posição em 2024 (contra 36ª em 2023) e respondeu igualmente por 0,4% do total (0,5% no ano anterior). O valor total das exportações brasileiras para a Polônia tem aumentado em números absolutos nos últimos anos, mas sua participação relativa tem diminuído, o que se deve ao incremento em proporção ainda maior das exportações globais do Brasil.

Diferentemente do que ocorre no intercâmbio de bens, o Brasil é deficitário no comércio de serviços com a Polônia. Segundo o Escritório Central de Estatísticas (GUS, na sigla em polonês), esse déficit foi da ordem de US\$ 26,5 milhões em 2023. Dados da OMC do mesmo ano confirmam o saldo deficitário do Brasil no comércio de serviços com a Polônia, mas o valor registrado pelo sistema multilateral de comércio é ainda maior do que o saldo registrado pelo GUS, tendo atingido US\$ 131,4 milhões. Segundo a OMC, o valor das importações polonesas de serviços do Brasil chegou a US\$ 180 milhões (0,3% do total das importações polonesas de serviços), enquanto as exportações polonesas ao Brasil totalizaram US\$ 311,4 milhões (0,3% do total das exportações polonesas). O Brasil é o 40º parceiro da Polônia no ranking de comércio bilateral de serviços.

- Nichos de oportunidades comerciais

A Embaixada em Varsóvia identifica alguns segmentos em que haveria potencial de aumento de participação na pauta comercial entre Brasil e Polônia:

1) Móveis

O segmento de móveis de luxo e design sofisticado na Polônia ainda é considerado por especialistas como pouco desenvolvido, o que poderia gerar oportunidade para fabricantes brasileiros nesses nichos, apesar de o produto brasileiro ainda ser pouco conhecido pelos poloneses. Nesse sentido, pode ser oportuno considerar a inclusão da Polônia no planejamento do projeto setorial *Brazilian Furniture*, parceria da Apex com a Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (ABIMÓVEL), assim como no Projeto Raiz, criado pelo Sindimóveis Bento Gonçalves, em parceria com aquela Agência, voltado para a promoção dos designers brasileiros de móveis. Além de estratégias de relacionamento com compradores locais, o Brasil poderia investir na participação de feiras como a *Drema Fair*, a *Warsaw Home Furniture* e a *Meble Polska*.

2) Plásticos

A concorrência no mercado polonês é intensa. Produtos originários da UE são favorecidos pela proximidade geográfica e pela própria dinâmica interna do bloco, mas a porção das importações polonesas ocupada por países de outras regiões, principalmente da Ásia, é crescente. O Brasil, 4º maior produtor mundial, com mais de 4 milhões de toneladas por ano, e 5º maior consumidor, poderia explorar esse mercado em nichos como os de lâminas de maior valor agregado e de embalagens flexíveis. O programa setorial *Think Plastic Brazil*, conduzido pela APEX-Brasil e pelo Instituto Nacional do Plástico, poderia considerar a inclusão da Polônia em seus projetos de encontros de negócios e participações em feiras. Nesse particular, registra-se a realização de dois grandes eventos específicos do setor de plásticos nesse país, a *Warsaw Plast Expo* e a *Plastpol*.

3) Minerais críticos, estratégicos e fundamentais para a transição energética

O Brasil dispõe de grandes reservas de insumos essenciais para a transição energética com ênfase na eletromobilidade, como cobre, níquel, manganês, grafite e zinco, além de terras raras e lítio. A Polônia, por sua vez, é um dos líderes europeus na produção e exportação de baterias elétricas automotivas e já dispõe de fábricas que cobrem todos os elos da cadeia de suprimento, desde o processamento de recursos naturais, passando pela produção de células de bateria, até a sua inserção em módulos de bateria e montagem em automóveis. A Polônia detém a segunda maior capacidade mundial na fabricação de baterias íon-lítio, atrás apenas da China.

Ademais, à luz da capacidade exportadora brasileira e do nível de demanda do mercado polonês, vale registrar, ainda, os seguintes segmentos e produtos com potencial de incremento no comércio bilateral: aeronaves, soja, algodão, amendoim, bulldozers e niveladoras, café, carne bovina, granito, milho, petróleo,

Investimentos Diretos

Apesar do potencial de ambos os lados, o volume de investimentos diretos poloneses no Brasil é muito pequeno. Segundo dados do Banco Nacional Polonês (NBP), a Polônia registrava, no fim de 2023, um estoque global de investimentos diretos de US\$ 39,6 bilhões de dólares, dos quais cerca de 75% (US\$ 30 bilhões) na União Europeia. A América do Sul concentraria apenas US\$ 895,6 milhões dos estoques poloneses (pouco mais de 2%), dos quais a maior parte estaria no Chile (US\$ 722 milhões) e na Colômbia (US\$ 154,5 milhões). O estoque de investimentos diretos poloneses no Brasil é de apenas US\$ 19,5 milhões (0,04% do total global).

Nos últimos anos, os principais investimentos diretos da Polônia no Brasil foram registrados nos setores de construção civil, turismo, softwares, químico e automobilístico, incluindo empresas como Selena (produtos químicos para a construção civil), Komandor (móveis), RTB House (marketing baseado em *deep learning* para comércio eletrônico), CanPack (embalagens), Maflow (autopeças), GTV (acessórios para móveis) e LUG (engenharia elétrica), além das provedoras de software Brainly, Edrone e Nethone.

Os principais destaques são as empresas DocPlanner e Gremi International. A primeira é um grupo fundado na Polônia em 2012 e hoje presente em 20 países. Trata-se de um dos maiores investidores poloneses no Brasil, por meio de suas subsidiárias Doctoralia, que oferece plataforma de contato entre pacientes e profissionais de saúde, e Feegow, provedora de soluções de telemedicina e gerenciamento de clínicas e consultórios médicos. As subsidiárias do grupo no Brasil empregam quase 500 pessoas e estão avaliadas em cerca de US\$ 30 milhões. A segunda, cujo presidente (que também é cônsul honorário do Brasil em Cracóvia desde 2009) é responsável pelo maior investimento polonês

no Brasil país atualmente, é um complexo turístico imobiliário de alto luxo no município de Baía Formosa, Rio Grande do Norte. O projeto, denominado Arteco Estrela, em área de 2,3 mil hectares, prevê a construção de hotel, instalações de resort e unidades residenciais de luxo. Para além dos benefícios à economia local, o empreendimento tem o potencial de catalisar outras iniciativas para o adensamento das relações econômicas bilaterais, como o estímulo à implementação de voos diretos, fretados ou regulares, entre os dois países e a dinamização de aquisições de residências de veraneio ou de aposentadoria no Brasil por poloneses, fenômeno já crescentemente observado em relação a outros países.

No sentido contrário, há registro de empresa brasileira com investimentos de monta na Polônia, a Stefanini IT Solutions, sediada em Cracóvia, que entrou no mercado polonês por meio da aquisição da empresa Tech Team e presta serviços corporativos no campo da inteligência artificial e informática. Em 2019, a startup brasileira OrientaMed, que atua no setor de medtech, registrou sua empresa na Polônia e, em 2020, a Game Plan, do setor de jogos digitais, estabeleceu escritório neste país. Já em 2023, a companhia Oakberry, fabricante de produtos de açaí, abriu sua terceira loja franqueada em Varsóvia.

A brasileira WEG ampliou seu número de filiais na Europa e decidiu, no final de 2022, estabelecer na Polônia novo escritório e armazém, na região de Cracóvia, onde ocupa uma área de cerca de 2.200 m². Na ocasião, o CEO da WEG Polônia, afirmou que “a Polônia é reconhecidamente especializada em indústrias que utilizam motores elétricos, geradores e transformadores de alta qualidade. Esse mercado também se beneficia de sólido setor de automóveis e produtos da linha branca, além de inúmeras empresas que oferecem soluções e mecanismos “chave na mão” para elevadores, escadas rolantes, barreiras e sistemas de ventilação”.

Passo relevante nos esforços de promoção de investimentos poloneses no Brasil seria aprofundar os laços entre a ApexBrasil e a Agência Polonesa de Investimentos e Comércio (PAIH), conforme já proposto por autoridades polonesas na Chancelaria e no Ministério do Desenvolvimento Econômico e Tecnologia. A PAIH já manifestou, em distintas ocasiões, a relevância que atribui ao Brasil e o interesse da Agência em promover maior aproximação bilateral, o que se viu refletido na decisão de reabrir, em 2022, seu escritório na cidade de São Paulo.

Acordo Mercosul – União Europeia

Em 26 de novembro de 2024, o Conselho de Ministros da Polônia aprovou resolução, assinada pelo primeiro-ministro Donald Tusk, mediante a qual rejeitou formalmente a aprovação do acordo Mercosul-União Europeia em seu estado atual. Ao longo dos últimos três anos, a parte polonesa, nos níveis políticos e técnicos, mantinha o discurso de que o país via méritos no acordo e que, a despeito da conhecida oposição do setor agrícola polonês, Varsóvia não constituiria obstáculo à assinatura do instrumento na reta final de sua apreciação no plano europeu.

A posição polonesa contrária ao acordo Mercosul-UE deve-se a circunstâncias de natureza política tanto no plano interno quanto no plano europeu. No plano interno, a acirrada disputa pelos votos do eleitorado do meio rural nas eleições presidenciais de maio de 2025 lançou as forças políticas do país, da extrema-esquerda à extrema direita, a cortejar os eleitores rurais e o setor agrícola. A oposição ao acordo Mercosul-UE parece corresponder a uma posição de princípio da agricultura europeia contra a concorrência estrangeira, a pressões sobre a Comissão Europeia por mais recursos financeiros e subsídios no âmbito da Política Agrícola Comum e, ainda, por menos exigências regulatórias comunitárias impostas ao setor. Preocupa os agricultores poloneses, sobretudo, que os produtos competitivos do agronegócio do Mercosul possam “fazer preço” na UE e “desestabilizar” os

mercados internos, além de ocupar espaço em outros países europeus, para os quais os produtores poloneses destinam excedentes de sua produção agropecuária.

Na visão do Brasil, ao estabelecer disciplinas comuns e mecanismos de desgravação tarifária, o acordo Mercosul-UE seria capaz de promover o fortalecimento dos laços estratégicos entre os dois blocos e assim favorecer a expansão do comércio e dos investimentos entre os dois blocos, inclusive entre o Brasil e a Polônia.

Caso o acordo Mercosul-UE venha a ser implementado, a despeito da oposição polonesa e de outros países, o Brasil poderia explorar a possibilidade, já aventada em consultas políticas anteriores, de estabelecimento de uma comissão econômica bilateral com a Polônia destinada a maximizar o aproveitamento das potencialidades abertas pela implementação do referido instrumento. Essa proposta, apresentada pelo Brasil na reunião de consultas políticas de 2022, em Brasília, tinha como objetivo então incentivar Varsóvia a dar seu apoio ao acordo birregional.

Embraer

A LOT Polish Airlines, companhia aérea de bandeira da Polônia, é a segunda maior cliente da Embraer na Europa, com 47 aeronaves em operação, atrás somente da neerlandesa KLM. As duas empresas possuem sólida parceria também na área de serviços, por meio de contratos de manutenção de aeronaves, o que é feito por intermédio da LOTAMS, subsidiária da LOT certificada pela Embraer.

A parceria com a LOT tem sido elemento central da estratégia da Embraer para o mercado polonês. A empresa brasileira tem estudado diversas formas de aprofundamento da colaboração com os poloneses, a exemplo de ações em áreas como formação de equipes de voo, serviços de engenharia, treinamento e manutenção, e pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. A companhia busca igualmente aproximação com instituições polonesas como o Instituto de Aviação do Centro de Pesquisas Łukasiewicz e a Associação do Vale da Aviação de Rzeszów, que opera em parceria com a Pratt & Whitney, líder mundial em projetos, fabricação e manutenção de motores de aeronaves, sistemas de propulsão de foguetes e turbinas industriais a gás, e que representa aproximadamente 200 empresas polonesas do setor aeroespacial, entre as quais a EME Aero, que fornece turbinas para a Embraer.

O relacionamento da Embraer com a LOT é o exemplo mais exitoso da cooperação bilateral econômica e técnica entre Brasil e Polônia. A LOT foi a cliente inaugural (*launch customer*) do E170, tendo feito o primeiro voo comercial da aeronave em 2004, e da família E-Jet da Embraer, que representa hoje a principal linha de produtos da fabricante brasileira. A LOT opera, hoje, todos os modelos da família E-Jet em sua frota (o que inclui ainda os modelos E175, E190 e E195).

O governo polonês realizou licitação para a ampliação da frota da LOT de equipamentos com autonomia de voo para médias distâncias, caso das aeronaves oferecidas pela Embraer, sendo 47 pedidos firmes e 37 opções de compra. A fabricante brasileira foi uma das duas concorrentes na reta final do certame, ao lado da Airbus. A decisão da LOT a favor da fabricante europeia foi anunciada em junho de 2025, e a previsão é que as aeronaves A220 venham a substituir gradualmente as aeronaves da Embraer na frota da companhia aérea polonesa.

Ainda assim, as operações de expansão da LOT e os grandes projetos de infraestrutura de transportes ora em execução na Polônia, sobretudo o do Aeroporto Central (CPK), oferecem boas oportunidades para o adensamento das relações bilaterais no setor aeroespacial. É positiva, também, a existência de empresas polonesas, sobretudo pequenas e médias, capazes de desenvolver produtos e soluções em segmentos. A Embraer tem procurado, recentemente, aproximar-se do centro aeroespacial das indústrias de defesa da Polônia na cidade de Rzeszów, onde pretende realizar seminário intitulado

“Embraer Day”, no próximo dia 12 de março, para explorar possibilidade de cooperação com empresas do setor.

A Embraer prospecta, igualmente, oportunidades na Polônia na área de defesa, no âmbito da qual a companhia dispõe de portfólio variado e consolidado de produtos. Nesse segmento, a Embraer tem interesse no oferecimento à Polônia da aeronave multifuncional KC-390 e de sistemas de comunicações, sensores e satélites de vigilância. A empresa prospecta oportunidades, ainda, na área da indústria espacial, onde investe em pesquisa e desenvolvimento e poderia colaborar com o setor polonês. Vale destacar, nesse aspecto, os entendimentos mantidos pela Embraer com a Câmara Polonesa das Indústrias de Defesa Nacional e a atuação da Visiona, *joint-venture* entre a Embraer Defesa e Segurança e a Telebras voltada para a integração de sistemas espaciais.

Indústria de defesa e segurança

Está em curso na Polônia o maior esforço de ampliação e modernização da história de suas Forças Armadas, destinado a aumentar as capacidades próprias e a ampliar e diversificar a produção local de material de defesa. Nesse contexto, a Polônia tornou-se o país que maior parcela de seu PIB dispense com aquisição de material militar no âmbito da OTAN, havendo atingido, em 2024, o percentual de 4.1%, contra 3.8% no ano anterior e, segundo projeções, deverá alcançar 4.7% do PIB em 2025.

Na relação com a Polônia, o histórico de sucesso da Embraer como fornecedora de equipamentos civis e serviços à LOT, bem como a comunhão de valores estratégicos entre os dois países, credenciam o Brasil a buscar participação também no mercado de defesa polonês. Vale destacar, nesse sentido, que a aeronave militar multipropósito KC-390, tipo de equipamento que a Polônia não adquire há muito tempo, com dispositivos de tecnologia compatível com os padrões da OTAN, poderia vir a atender necessidades de aviação militar polonesa, assim como já o faz ou está a caminho de fazer em outros países da Aliança Atlântica como Portugal, República Tcheca, Hungria, Países Baixos e Áustria, além da Coreia do Sul, entre outros. O mesmo vale para os aviões Super Tucano, inclusive na versão de treinamento.

A Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), segunda maior produtora e exportadora do continente americano e principal fornecedora de munições para fuzis e armas leves da OTAN, dispõe de capacidade e potencial de expansão para o fornecimento de produtos de defesa às Forças Armadas da Polônia. A Helibras (fabricante dos helicópteros da Airbus Helicopters), a Avibras (fabricante de mísseis, foguetes e sistemas de lançamento) e fabricantes de armas de fogo leves, principalmente pistolas e revólveres, como a Taurus, ou de escopetas, como a Boito, e de fuzis de assalto, como a IMBEL, possuem capacidade de exportação para mercados militares, civis e policiais como os da Polônia. O mesmo vale para fabricantes de veículos de combate e blindados, como a Avibras e a IVECO.

As Forças Armadas dos dois países têm ampliado seus contatos e buscam intensificar a cooperação militar bilateral. Em abril de 2024, o comandante do Exército Brasileiro, general de exército Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, foi o primeiro ocupante do cargo a realizar visita oficial a Varsóvia. Anteriormente, em 2021, o Almirante Flávio Augusto Viana Rocha, então Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, também esteve na Polônia, assim como, em 2010, o então Ministro da Defesa Nelson Azevedo Jobim. Em abril de 2025, o general Marek Sokolowski, comandante-geral das Forças Armadas da Polônia e segunda mais alta autoridade militar do país, visitou o Brasil, acompanhado de delegação militar de alto nível, a fim de participar da feira LAAD Defence & Security e reunir-se com o comandante do Exército Brasileiro. Registre-se, ainda, que pela primeira vez na história dos dois países, a Força Aérea Brasileira convidou a Força Aérea

Polonesa para participar, em agosto de 2025, no Mato Grosso do Sul, de exercício militar multinacional intitulado “Tápio”.

No plano europeu, merece registro a expressiva ajuda militar prestada pela Polônia à Ucrânia, país ao qual Varsóvia já teria fornecido um total estimado de US\$ 3,23 bilhões em equipamentos, tendo-se convertido em um dos mais importantes provedores de material militar a Kiev. A Ucrânia teria recebido da Polônia sobretudo equipamentos já conhecidos pelas Forças Armadas daquele país, incluindo lançadores de mísseis guiados antitanque e antiaéreos manuais, obuseiros autopropelidos 2S1 Gvozdika de 122 mm, lançadores de foguetes BM-21 Grad, e 300 tanques T-72, T-72M1/M1R, PT-91 e Leopard 2A4. Além disso, foram entregues pela Polônia à Ucrânia mais de 200 obuseiros autopropelidos 2S1 e Krab, cerca de 100 lançadores de mísseis BM-21 e RM-70 e cerca de 60 conjuntos de sistemas antiaéreos de médio e longo alcance Kub, Neva e Osa. Por sua vez, aproximadamente 100 APCs Rosomak e 24 Raków poloneses possibilitaram ao país vizinho equipar uma brigada completa.

Turismo

O intercâmbio turístico entre Brasil e Polônia está aquém do seu potencial. Em 2019, último ano antes da eclosão da pandemia de COVID-19, a Polônia recebeu cerca de 21 milhões de turistas estrangeiros, dos quais apenas 27 mil brasileiros. No mesmo período, o Brasil recebeu cerca de 6 milhões de turistas, sendo apenas 22 mil poloneses. Em 2023, 8.340 brasileiros visitaram a Polônia e 19.833 poloneses foram ao Brasil (16.656 por via aérea), o que representa tão somente 0,14% dos 13,6 milhões de turistas emitidos pela Polônia no mesmo ano.

A eventual oferta de voo direto entre o Brasil e a Polônia poderia ampliar os fluxos de turistas nas duas direções, além de reforçar as relações bilaterais nos planos econômico, cultural, social e político. A LOT já ofereceu voos diretos fretados sazonais para o Brasil em parceria com operadoras de turismo locais, com rotas de Varsóvia para o Rio de Janeiro (2017-2018) e para Salvador (2023-2024). Registre-se, porém, que as operadoras polonesas relataram dificuldades na interlocução e no estabelecimento de parcerias, sobretudo com agências estaduais de turismo, o que teria tido reflexos negativos na exploração das rotas. A entrada em vigor do Acordo sobre Serviços Aéreos entre Brasil e Polônia, em 2000, removeu um dos obstáculos remanescentes à eventual criação de voo direto entre os dois países. A construção do novo aeroporto de Varsóvia (CPK), com entrega prevista para 2032, e a expansão da frota da LOT deverão possibilitar o estabelecimento de novas rotas internacionais pela empresa polonesa, o que poderia eventualmente incluir um voo para o Brasil.

Existe espaço para explorar as prioridades definidas no memorando de entendimento entre Brasil e Polônia na área de turismo, sobretudo no que diz respeito a ações de estímulo à articulação e coordenação das instituições de promoção turística de ambos os países para o adensamento do tráfego de turistas nas duas direções. Esse esforço poderia envolver, por exemplo, a divulgação recíproca de ações e programas específicos para o setor, tais como o “Programa de Aceleração do Turismo Internacional” (PATI) da Embratur, assim como a análise, em conjunto com companhias aéreas e infraestruturas aeroportuárias pertinentes, dos fatores que poderiam favorecer eventual estabelecimento de voos diretos entre os dois países.

O único evento do setor turístico na Polônia de que o Brasil tem participado nos últimos anos é o “*workshop*” anual organizado pela Câmara de Comércio Polônia-Portugal, que promove também os interesses de outros países de expressão portuguesa. Tal feira oferece espaço para a divulgação de destinos e oportunidades de negócios do segmento turístico no Brasil. Seria recomendável, assim, prever futuras participações do Brasil nas próximas edições de outros eventos de turismo na Polônia, seja por meio de estande próprio ou em conjunto com outros países latino-americanos.

Adicionalmente, pode ser explorada a possibilidade de cooperação entre instituições pertinentes dos dois países, tais como a Embratur, a Apex-Brasil e o Ministério do Turismo, no caso do Brasil, e a *Polish Tourism Organisation*, o *Poland Convention Bureau*, a Agência Polonesa de Investimentos e Comércio (PAIH) e o Ministério do Esporte e Turismo, no caso da Polônia, para fomentar a participação de empresas do setor nas principais feiras de ambos os países.

Temas do agronegócio

Brasil e Polônia são complementares em algumas áreas (como a produção de grãos para ração pelo Brasil ou a produção de fertilizantes pela Polônia) e concorrentes em outras (como a avicultura). Ambos estão inseridos em ambientes regulatórios complexos, sobretudo em termos de sustentabilidade socioambiental, e enfrentam concorrência internacional, motivo pelo qual a cooperação bilateral, inclusive para exploração dos respectivos mercados regionais, poderia contribuir para a maximização de margens de lucro e para maior segurança alimentar.

O agronegócio é um dos principais motores da economia do Brasil, representando 23,8% de seu PIB e empregando 26,9% da força de trabalho nacional em 2023. A participação do agronegócio no PIB polonês, por outro lado, foi de apenas 3,3% em 2023, empregando, contudo, 9,8% dos trabalhadores poloneses. Apesar da baixa participação do agronegócio no PIB, muito menor do que a da indústria e dos serviços, a agricultura é um setor importante na Polônia, sendo uma das principais fontes de renda da população em áreas rurais. A grande produção agrícola nacional, uma das maiores da União Europeia, garante a autossuficiência alimentar da Polônia em diversos produtos e, conseqüentemente, a segurança alimentar do país, a mais elevada da União Europeia.

A diferença de participação do setor agrícola no PIB na comparação com o Brasil deve-se ao fato de o agronegócio polonês ser baseado principalmente na agricultura familiar. Em 2023, havia 1,2 milhão de produtores agrícolas registrados, com a área média de 11,9 hectares. O Brasil, por sua vez, conta com uma agricultura tropical altamente competitiva e é um dos principais fornecedores de produtos como farelo de soja, café e tabaco para a Polônia, que, por sua vez, por exemplo, é uma grande produtora e exportadora de produtos da indústria tabagista. Em decorrência da sua posição agrícola no mercado mundial, o Brasil é o maior importador mundial de fertilizantes, importante produto da pauta exportadora polonesa.

Potencial controvérsia que poderia afetar as exportações agrícolas do Brasil para a Polônia reside na hipótese de proibição do uso de ração animal fabricada organismos geneticamente modificados (OGMs), notadamente com farelo de soja, cuja variedade transgênica importada cobre mais de 70% das necessidades do país e é o principal alimento de aves e porcos. A proibição de sua importação acarretaria problemas para as exportações agrícolas brasileiras, mas também enorme desafio para a suinocultura e a indústria avícola locais. Diante disso, representantes desses setores têm sublinhado junto ao governo que não haveria alternativas domésticas ao mencionado suprimento, em termos de quantidade e qualidade, uma vez que as sementes locais apresentam níveis excessivamente altos de fibras, alcaloides e taninos. Dessa forma, eventuais restrições à importação de farelo de soja transgênica levariam à necessidade de importar o produto em sua versão não transgênica, que é mais cara, o que acarretaria aumento nos custos de produção de proteína animal e, conseqüentemente, alta dos preços de aves e suínos e perda de lucratividade da suinocultura, avicultura e setores economicamente relacionados da Polônia.

Ciência, Tecnologia e Inovação

A cooperação Brasil-Polônia em ciência, tecnologia e inovação (CTI) revela potencial de desenvolvimento. O principal instrumento bilateral adotado até aqui foi o acordo de cooperação científica e tecnológica entre Brasil e Polônia, assinado em 1996, que previa a realização de reuniões regulares de consulta na forma de comissão mista, as quais, entretanto, nunca foram realizadas. Ademais, o CNPq assinou acordo de cooperação com o Centro Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (NCBR, na sigla em polonês) em 2016, com vigência de 5 anos, com vistas à elaboração de programas e editais conjuntos no âmbito da pesquisa e à condução de projetos voltados para a criação de soluções inovadoras, o que tampouco teve seguimento.

A Polônia, assim como o Brasil, é um celeiro de pesquisadores e desenvolvedores em diferentes áreas, com destaque para segmentos afetos ao desenvolvimento sustentável. Não apenas conta o país com *startups* e unicórnios como também recebe investimentos diretos de grandes grupos estrangeiros em áreas de tecnologia. Exemplos recentes desse movimento são a projetada fábrica de integração de semicondutores da Intel na cidade de Wrocław, maior projeto *greenfield* no país, orçado em US\$ 4,6 bilhões; o novo centro de tecnologia e produtos da empresa norte-americana de meios de pagamento Visa Inc.; e investimentos das companhias Daikin, Bosch e Aira na fabricação de bombas de calor.

Com vistas a ampliar a cooperação bilateral na área de inovação, foram promovidas aproximações dos ecossistemas de *startups* de ambos os países, notadamente nos setores de agricultura, saúde, indústria 4.0 e indústria criativa. A principal iniciativa concreta nessa área é o projeto bilateral “Brasilesia” de aceleração cruzada de startups, que tem por objetivo promover associação e intercâmbio de experiências; criação e desenvolvimento de empresas nos dois países, com ênfase em projetos de pesquisa e desenvolvimento; absorção tecnológica, intercâmbio de experiências de empreendedorismo em atividades intensivas em conhecimento e inovação; mobilização de entidades congêneres; formação de parcerias empresariais; promoção de acesso a mercados; e ampliação de carteiras de clientes, fornecedores e investidores.

O programa Brasilesia resulta de cooperação entre o fundo de investimento de risco “Invento Capital”, a Zona Econômica Especial de Katowice (KSSE), a empresa SPIN-US, associada à Universidade da Silésia, o Parque Tecnológico de Viçosa, a Universidade de Viçosa e a Agência de Promoção de Investimentos do estado de Minas Gerais (INDI). Posteriormente, instituições do Paraná integraram-se ao Brasilesia. Paralelamente, estão sendo realizados esforços para atrair a participação de organismos de outras regiões polonesas, em particular a voivódia da Mazóvia, onde se encontra Varsóvia. A Rede de Pesquisas Łukasiewicz também foi agregada ao projeto em 2024.

A diáspora científica brasileira na Polônia é potencial elemento catalisador da ampliação da cooperação bilateral em CTI. Entre as áreas que abrigam pesquisadores brasileiros, ressaltam-se a matemática e a física. Os membros dessa diáspora integram na Polónia equipes internacionais, no âmbito das quais cooperam com pesquisadores poloneses.

Cabe ressaltar que, no segmento de *fintech*, no qual o Brasil conta com empresas de destaque, este país também oferece oportunidades comerciais, vantagem já aproveitada por grandes empresas, tais como a Google, que escolheu a Polónia como o segundo país na Europa para testar o sistema Android Pay, e a Mastercard. Além desse, ambos os países também apresentam interesse no âmbito de soluções de *agritech*.

Meio ambiente e mudança do clima

No âmbito da UE, a Polónia figura entre os países membros mais pressionados pelas instituições comunitárias a exibir avanços concretos em seus esforços de assimilar o arcabouço normativo europeu e de cumprir as metas ambientais e climáticas do bloco. Herdeira de uma economia

poluidora, altamente dependente do carvão mineral como fonte energética, a Polônia se esforça para adaptar-se ao ambiente verde europeu, tendo alcançado sucesso apenas parcial nessa empreitada. Por essa razão, e a despeito de precisar manter coesão com os demais países da UE em seu posicionamento sobre temas ambientais e climáticos nos planos birregional e multilateral, a Polônia pode ser parceira do Brasil em temas específicos por identificar-se com posições brasileiras em favor, por exemplo, da necessidade de conciliação de objetivos ambientais, econômicos e sociais. A Polônia costuma acolher bem, por exemplo, os anseios legítimos de desenvolvimento econômico e social defendidos pelos países em desenvolvimento.

A participação do carvão mineral na geração de energia elétrica na Polônia é a mais alta na UE, tendo representado, em 2024, 56,7% do total. A esse percentual se somam 10,5% gerado com uso de gás natural e 1,3%, de petróleo, perfazendo um total de 68,5% da energia gerada com combustíveis fósseis. A Polônia é, ainda, o único país membro da UE que não dispõe, ainda, de um cronograma claro para a eliminação progressiva do carvão mineral em sua economia. Para promover a descarbonização de sua economia, o governo polonês aposta no gás natural, também combustível fóssil, para gerar energia. O objetivo atual é fazer o percentual de energia elétrica gerado por gás saltar para de 10,5% para 23% do total. Para tanto, o governo polonês precisará enfrentar o forte lobby do setor do carvão e encontrar meios de viabilizar a conversão produtiva do mesmo, com amparo aos trabalhadores do setor, o que é um tema politicamente muito sensível no país.

O nível de emissões de gases de efeito estufa na Polônia é alto em função da ampla utilização do carvão mineral como fonte energética. O país sofre graves problemas de poluição urbana, sendo o programa “Ar Limpo”, no momento suspenso por falta de financiamento sustentável, o maior em execução pelo Ministério do Clima e do Meio Ambiente polonês. O Plano Nacional de Energia e Clima 2021-2040, elaborado para dar cumprimento a obrigações assumidas no âmbito da UE, foi rejeitado pela Comissão Europeia, que exigiu maior ambição da Polônia a fim de que a União possa efetivamente cumprir os compromissos assumidos coletivamente em nome dos membros no Acordo de Paris. Em sua versão revisada, a Polônia propôs-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 50,4% em relação a 1990, percentual ainda inferior à meta europeia de 55%.

Para enfrentar o problema, ganham peso os esforços para incrementar a geração de energias renováveis, em especial nas modalidades eólica e solar. O país esforça-se, ainda, para incrementar a produção doméstica de biometano e biogás, cuja primeira usina polonesa entrou em operação em 2024, e de criar as condições para a geração de energia nuclear, o que exigirá, ainda, pelo menos 10 anos para a construção das primeiras centrais nucleares do país. No Plano Nacional de Energia e Clima 2021-2040, a Polônia inscreveu o compromisso de atingir a meta de 32,6% de fontes renováveis de energia no consumo bruto final do país, face a uma meta europeia de 42,5%. Em 2024, o país atingiu o percentual de 28,8% de energia produzida a partir de fontes de energia renováveis, contra 26% em 2023 e 19,3% em 2022.

O tema da gestão de florestas é de particular interesse para a Polônia em sua cooperação com o Brasil na área ambiental e já deu ensejo, por exemplo, a visita técnica ao Brasil do *Państwowe Gospodarstwo Leśne Lasy Państwowe* (PGL LP), congênere do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), instituição que troca experiências com inúmeras homólogas de outros países e poderia cooperar com produtores de madeira poloneses e a “Holding Florestal Nacional Florestas Estatais” (LP) em torno dos temas de certificações de origem e rastreabilidade de madeiras e manejo de florestas públicas. O SFB teria muito a compartilhar com a Polônia em termos de conhecimento sobre áreas florestais e a utilização sustentável de produtos oriundos das florestas brasileiras. Ademais, o sistema de concessões administrado pelo órgão, aliado a métodos de fiscalização e rastreabilidade, atende às exigências de importadores europeus e ao princípio de “Responsabilidade Social das Empresas” (RSE). A ampla

experiência do SFB em processos de licitações e elaboração de estudos de viabilidade econômica de projetos de manejo florestal também poderia ser de grande interesse para as autoridades polonesas.

Outra área de cooperação que poderia interessar aos poloneses seria a de gestão hidráulica, tendo em vista as limitações enfrentadas pela Polônia no que tange ao abastecimento de água e à proteção, ou descontaminação, dos rios nacionais. Em contatos mantidos pela Embaixada do Brasil em Varsóvia com o Ministério do Clima e do Meio Ambiente da Polônia, tem sido externado pelos poloneses o interesse em conhecer melhor as experiências brasileiras de gestão florestal e hidráulica.

No que tange à realização da COP30 no Brasil, o lado polonês reconhece os esforços brasileiro no sentido de conclamar os principais países emissores a que fortaleçam ações e compromissos nacionais de mitigação. De sua parte, afirma que pretende, no papel de presidente do Conselho da UE neste semestre, coordenar com firmeza o processo de negociação intra-UE para elaboração da próxima NDC (contribuição nacionalmente determinada) do bloco até setembro de 2025. Em sua posição atual na liderança da UE, a Polônia pretende coordenar com o Brasil, ainda no semestre em curso, uma visita para tratar dos preparativos da participação europeia na COP30.

Segurança energética

A Polônia sempre foi um país dependente das importações de gás e petróleo para o suprimento de suas necessidades energéticas, ainda que se destacasse na produção e no consumo de carvão mineral. Durante décadas, o país teve na Rússia seu maior provedor de petróleo e gás, situação que foi se alterando gradualmente desde a ocupação da região ucraniana da Crimeia por Moscou. A título exemplificativo, cerca de 90% das necessidades polonesas de gás natural eram atendidas pelas exportações russas em 2010. A decisão de pôr fim à dependência energética da Rússia ensejou mudanças importantes no planejamento do setor no país, a exemplo da construção de infraestrutura específica para viabilizar a importação de gás liquefeito e da assinatura de acordos comerciais com fornecedores desse tipo de gás como os EUA e o Catar. Ademais, a Polónia decidiu construir suas primeiras centrais nucleares para a produção desse tipo de energia no país.

- Energia nuclear

A Polónia inicia com determinação seus investimentos em infraestruturas voltadas para a produção de energia nuclear, com base no “Programa Polonês de Energia Nuclear” (PPEJ), que envolve não apenas a construção de usinas de grande porte, como as já previstas para Choczewo (em parceria com os EUA) e, possivelmente, Patnów (em princípio conforme carta de intenções assinada com a Coreia do Sul), mas também de microrreatores e outros projetos já apresentados ao Ministério do Clima e Meio Ambiente. Como parte desse processo, os EUA decidiram estabelecer em Varsóvia seu centro de formação em energia nuclear para toda a Europa Central e Oriental. A decisão de produzir energia nuclear na Polónia é apoiada por 92,5% dos poloneses.

O governo polonês que assumiu funções em dezembro de 2023 não alterou significativamente o projeto nuclear iniciado pelo governo anterior do PiS, tendo o primeiro-ministro Donald Tusk afirmado que “a segurança energética do país exige decisões executivas imediatas quando se trata de energia nuclear. As centrais nucleares são essenciais. A energia não é e não deve ser partidária. Tudo o que serve às pessoas pode continuar”. Não obstante, em dezembro de 2024, o governo polonês decidiu aprovar modificações no referido programa com o objetivo de, por exemplo, flexibilizar a cláusula que exigia que as duas centrais nucleares a serem construídas tivessem a mesma tecnologia.

Com a modificação introduzida no programa nuclear polonês, abriu-se novamente a possibilidade de que franceses e coreanos, interessados nesse mercado desde o início, mas preteridos em favor dos EUA, voltem a concorrer para a implementação da segunda usina nuclear, uma vez que

a primeira, a ser implantada em Choczewo, na Pomerânia, já foi outorgada à norte-americana Westinghouse. A primeira usina deverá estar em funcionamento em 2035, ao passo que a segunda deverá entrar em operação apenas em 2043. A aprovação do modelo de financiamento do projeto nuclear polonês pela Comissão Europeia, procedimento já iniciado que pode levar até dois anos, é condição fundamental para que o mesmo seja efetivamente implementado.

Dois países, Japão e Canadá, firmaram nos últimos meses acordos de cooperação com a Polônia em matéria nuclear. Em novembro de 2024, Japão e Polônia firmaram Memorando de Entendimento para apoiar a Polônia no desenvolvimento de aptidões e competências nucleares necessárias à implementação do Programa Polonês de Energia Nuclear. Em janeiro de 2025, Canadá e Polônia assinaram acordo de cooperação no domínio dos usos pacíficos da energia nuclear, abrindo espaço para a parte canadense participar do programa nuclear polonês. O acordo inclui transferência de tecnologia relacionada à pesquisa e segurança nucleares, bem como ao uso de materiais nucleares.

O Brasil tem longa tradição de desenvolvimento de capacidades nessa área, seja em cooperação com países parceiros, seja de forma autônoma, assim como sólida atuação na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). A experiência diplomática, técnica, de engenharia, de certificação e regulação nesse domínio, bem como os esforços de ambos os países na descarbonização de suas economias, sugerem a conveniência de ampliação do diálogo bilateral com vistas a maior cooperação e aproximação com instituições tais como a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), a Agência Naval de Segurança Nuclear e Qualidade (AgNSNQ), o Centro Experimental Aramar (CEA), a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), a Indústrias Nucleares do Brasil (INB), o Instituto de Pesquisa Nuclear (IPEN) e a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP), entre outras.

O Brasil também poderia colaborar com sua expertise para a ampliação e modernização das instituições incumbidas de pesquisa, controle, supervisão e coordenação regulatória e financeira da Polônia que deverão se coordenar com o Conselho Europeu para a aprovação e implementação dos referidos projetos poloneses.

- Energias renováveis

Embora a Polônia tenha feito progressos notáveis na incorporação de fontes renováveis em sua matriz energética, o carvão continua sendo a principal fonte de eletricidade. As metas estabelecidas na Política Energética da Polônia até 2040 (PEP 2040) indicam um compromisso em diversificar e tornar mais sustentável a produção de energia no país nas próximas décadas.

Em 2024, a Polônia alcançou um marco significativo em sua matriz energética, com 28,8% da eletricidade proveniente de fontes renováveis, um aumento em relação a 2023. A energia eólica *onshore* foi a principal responsável por essa produção, gerando 23,48 TWh, o que corresponde a 14,9% da eletricidade total do país. A energia solar também teve uma contribuição notável, com 17,34 TWh (11%), seguida pela biomassa (2,36 TWh, 1,5%) e pela energia hidrelétrica (1,91 TWh, 1,2%).

Entre 2021 e 2024, a capacidade instalada de energia eólica na Polónia aumentou de 7,306 GW para 10,140 GW, enquanto a capacidade solar cresceu de 7,1 GW para 17,057 GW. Embora a energia fotovoltaica seja a fonte renovável de crescimento mais rápido no país, os painéis solares apresentam uma taxa de utilização relativamente baixa da capacidade instalada, cerca de 11%, de modo que as turbinas eólicas continuam sendo a principal tecnologia renovável na Polónia.

A PEP 2040 estabelece metas ambiciosas para a expansão das energias renováveis. Espera-se que a capacidade instalada de energia eólica offshore atinja 5,9 GW até 2030 e 11 GW até 2040. Além disso, projeta-se que a capacidade solar fotovoltaica aumente entre 5 GW e 7 GW até 2030 e alcance entre 10 GW e 16 GW até 2040.

A Polônia dispõe de grandes capacidades produtivas e de pesquisa em tecnologias inovadoras no setor de energias renováveis, particularmente em aplicações eólicas e solares. A complementaridade de interesses entre o Brasil e a Polônia em energias renováveis poderia justificar diálogo aprofundado e maior colaboração bilateral nessa área. Por exemplo, duas possibilidades de cooperação com o Brasil poderiam ser a manutenção e o funcionamento de fazendas eólicas off-shore, especialmente com soluções de engenharia civil e tecnológicas anticorrosão, e a construção e desenvolvimento de linhas de transmissão, com base em redes inteligentes ("smart grids").

Cooperação Cultural e Educacional

O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Cultural, de 1991, confere a base jurídica para o intercâmbio bilateral na matéria. Está em negociação Acordo de Coprodução Cinematográfica entre os dois países, cuja negociação já está adiantada. Foi apresentada contraproposta pela parte brasileira (Ancine) ao Instituto Polonês de Cinema em junho de 2024, que a aceitou, sugerindo ajuste redacional pontual, e aguarda confirmação pelo lado brasileiro. Até 2022, também esteve em discussão a possibilidade de adoção de Programa Executivo de Cooperação Cultural ao abrigo do acordo de 1991; sem movimentos recentes nesse tema, aguarda-se manifestação do Ministério da Cultura brasileiro sobre o interesse na retomada das negociações.

A Embaixada do Brasil em Varsóvia vem buscando desenvolver parcerias com as principais instituições culturais do país, com vistas a criar canais de cooperação contínua, capazes de projetar iniciativas de mais longo prazo e de maior relevância para a presença da cultura brasileira na Polônia. Como exemplos recentes, citam-se o diálogo com a *Stoleczna Estrada*, órgão da prefeitura de Varsóvia organizador de festivais e grandes eventos na capital, e com o KBF (*Krakowskie Biuro Festiwalowe*), órgão cultural da prefeitura de Cracóvia, que garantiu a participação do Brasil no Translatorium, programa de mentoria de tradução daquela instituição que, pela primeira vez, inclui a língua portuguesa (com concentração em literatura brasileira) entre os idiomas contemplados pelo programa.

Desde 2023, a Embaixada procurou restabelecer um calendário de atividades culturais no país, comprometidas nos anos anteriores em função da pandemia de Covid-19 e do conflito na Ucrânia. Em particular, cabe citar a continuação, em 2024, do apoio à realização do festival de cinema Maré, dedicado à produção cinematográfica dos países de língua portuguesa, estendido agora, além de Varsóvia, para as cidades de Wrocław, Lublin e Łódź, onde o Brasil conta com consulados honorários, bem como a primeira participação brasileira no Festival de Cinema Latino-Americano de Varsóvia. Em 2023, a Embaixada realizou a exposição “Legado do Exílio: Como os Refugiados Poloneses Contribuíram com o Brasil no Contexto da Segunda Guerra Mundial”, que coincidiu com as comemorações dos 80 anos do Levante do Gueto de Varsóvia.

Nos planos educacional e de divulgação da língua portuguesa, a Universidade Jaguelônica de Cracóvia obteve, em 2024, o credenciamento para a aplicação do exame de obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) na Polônia, o que deverá suprir a lacuna aberta pelo encerramento, no início de 2024, das atividades do centro aplicador na Universidade Marie Curie-Sklodowska, de Lublin, o que resultou da aposentadoria da professora responsável pelo exame. A aplicação do exame em Cracóvia deverá ter início no segundo semestre de 2025.

Destaque-se, ainda, a inclusão da Polônia entre os países contemplados nos Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós (PEC-PG); nesse ponto, há espaço para desenvolvimento do potencial da cooperação bilateral, uma vez que a Polônia não tem enviado estudantes ao Brasil nesse contexto nos últimos anos.

Por fim, registre-se ponto de atrito entre os dois países concernente à posse até aqui injustificada, pelo Instituto de Paleobiologia da Academia Polonesa de Ciências, de fóssil de mesossauro originário do Brasil. Desde 2018, na esteira de solicitação do Ministério Público Federal encaminhada ao Itamaraty, a Embaixada do Brasil em Varsóvia busca obter informações sobre as condições em que o referido fóssil teria sido doado à instituição polonesa, sem ter obtido qualquer comprovação da legalidade da referida operação. A última nota encaminhada pela Embaixada do Brasil à Chancelaria polonesa para solicitar esclarecimentos data de 23/04/24 e permanece sem resposta.

Diáspora polonesa

A diáspora polonesa é expressiva em escala global. Estima-se que cerca de 20 milhões de pessoas de ascendência polonesa vivam fora da Polônia, o que faz dessa diáspora uma das maiores do mundo. No Brasil, a comunidade polonesa é uma das mais numerosas: atualmente, calcula-se entre 2 e 3 milhões o número de descendentes de poloneses no país, mas há estudos em curso que apontam para número bem superior. Esse contingente coloca o país em terceiro no mundo no que se refere ao acolhimento de população de origem polonesa, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Alemanha. Os EUA abrigam a maior diáspora polonesa do mundo (aproximadamente 9,6 milhões de pessoas de origem polonesa), seguidos pela Alemanha (entre 3 e 5 milhões).

As principais ondas migratórias polonesas tiveram início no século XIX, durante o período em que a Polônia foi repartida entre impérios estrangeiros (1772-1918). Sob dominação de Rússia, Prússia e Áustria, muitos poloneses sofreram repressão política, pobreza e falta de terras. Nesse período, milhões de poloneses emigraram em busca de melhores condições de vida, embora os registros oficiais nem sempre os identificassem como poloneses devido às mudanças territoriais da época. A partir de meados do século XIX (por volta de 1870), ocorreu uma migração em massa de camponeses poloneses – muitos partiram para as Américas (especialmente para os Estados Unidos e, em menor escala, para o Brasil e a Argentina) motivados pelo desejo de possuir terra própria, encontrar trabalho digno e viver em liberdade. No Brasil, por exemplo, a chegada de poloneses intensificou-se a partir de 1875-1880, quando o governo brasileiro passou a incentivar sua vinda oferecendo terras e subsídios, atraindo famílias camponesas da Polônia ocupada.

No Brasil, os imigrantes poloneses concentraram-se principalmente na Região Sul e em partes do Sudeste. O estado do Paraná foi o principal polo de assentamento polonês – somente entre 1870 e 1914, cerca de 40 mil imigrantes poloneses chegaram ao Paraná. De fato, o Paraná é reconhecido como o estado brasileiro com as maiores influências da cultura polonesa. A capital Curitiba e seus arredores abrigaram inúmeras colônias agrícolas polonesas, e até hoje a cidade mantém forte herança polonesa (Curitiba é considerada a segunda maior cidade polaca fora da Polônia, atrás apenas de Chicago). Cidades do interior da Região Sul, como Aurea, São Mateus do Sul, Cruz Machado e Mallet, foram fundadas ou povoadas por famílias de imigrantes poloneses, que ali estabeleceram igrejas, escolas e cooperativas agrícolas.

As comunidades polonesas no Brasil contribuíram ativamente para o desenvolvimento das regiões onde se instalaram. No Paraná e Santa Catarina, os colonos poloneses desbravaram terras virgens, fundando colônias agrícolas que impulsionaram o cultivo de cereais, a criação de animais e a introdução de técnicas agrícolas europeias, cumprindo o objetivo do governo brasileiro de ocupar o território e substituir a mão de obra por imigrantes livres. Nas cidades, os poloneses e seus descendentes fundaram igrejas (muitas de rito católico polonês), escolas bilíngues e clubes sociais que auxiliaram na integração desses imigrantes à sociedade brasileira. Em Curitiba, por exemplo, surgiram sociedades polono-brasileiras desde o final do século XIX (como a Sociedade Tadeusz Kościuszko,

de 1890) para promover a cultura e prestar apoio mútuo. A distribuição geográfica dos poloneses no Brasil deixou marcas duradouras – regiões inteiras do sul do país possuem identidade cultural e econômica influenciada pela presença polonesa, refletida na arquitetura de casas coloniais, na culinária típica e nos sobrenomes de boa parte da população local. Atualmente, seriam 14 as cidades brasileiras que consideram o polonês como seu segundo idioma.

Nesse contexto, o governo da Polônia tem implementado uma série de iniciativas destinadas a apoiar a diáspora polonesa no mundo, inclusive no Brasil. Em novembro de 2024, foi realizada a reunião inaugural do Grupo Interministerial para a Comunidade Polonesa e Poloneses no Exterior, presidida pela vice-ministra das Relações Exteriores, Henryka Mościcka-Dendys, ocasião em que foram discutidos os objetivos e princípios de longo prazo da política do governo em relação à diáspora.

Uma das principais prioridades da nova estratégia de cooperação com a comunidade polonesa e os poloneses no exterior para 2025-2030 é o ensino da língua polonesa, inclusive como língua estrangeira. No que tange às populações polonesas que emigraram para outros países europeus após a adesão da Polónia à UE em 2004, notadamente para Alemanha e o Reino Unido, serão desenvolvidos programas de educação cívica, organizados estágios e tomadas medidas para incentivar o retorno dos mesmos à Polónia, seja para obter formação universitária seja para trabalhar. Outro ponto importante da política será o papel da comunidade polonesa no exterior no apoio à expansão dos negócios poloneses.

Em janeiro de 2025, o governo polonês apresentou a Estratégia de Cooperação com a Diáspora Polonesa e Poloneses no Exterior para 2025-2030, que visa fortalecer os laços entre a diáspora polonesa e sua terra natal, apoiar a educação, fomentar o desenvolvimento de organizações polonesas e promover o patrimônio cultural da Polónia no exterior. Essas políticas refletem o compromisso do governo polonês em apoiar e fortalecer a diáspora polonesa no Brasil e em outras partes do mundo, promovendo a educação, a cultura e a integração social e econômica dos poloneses no exterior.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira é relativamente pequena, estimada em cerca de 3.000 nacionais. A matrícula consular do posto contabiliza, segundo dados de fevereiro de 2025, 1394 brasileiros. Cracóvia, Varsóvia, Gdańsk e Wrocław despontam como os principais destinos do país para turistas brasileiros.

Os consulados honorários brasileiros na Polónia estão localizados nas cidades de Cracóvia, Lublin, Wrocław e Łódź (aberto em fevereiro de 2025). Ressalte-se, notadamente nos casos de Cracóvia e Wrocław, a decisiva atuação dos respectivos cônsules honorários para a promoção cultural brasileira e a realização de eventos no âmbito do IGR.

Nas eleições presidenciais brasileiras na Polónia em 2022, 580 eleitores se inscreveram na jurisdição da Embaixada do Brasil em Varsóvia. Em um total de duas seções eleitorais, compareceram 313 votantes (53,96%) no primeiro turno e, no segundo turno, 288 (49,65%).

Ao longo dos primeiros meses após a invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24/02/22, o setor consular da Embaixada do Brasil em Varsóvia realizou intenso e profícuo trabalho, com ampla cobertura da imprensa brasileira, de atendimento não apenas dos nacionais brasileiros que deixaram o país vizinho em guerra, mas também de centenas de nacionais ucranianos que buscaram refúgio em nosso país e precisaram de apoio consular para viajar ao Brasil.

Candidaturas

Brasil e Polônia têm cooperado proficuamente no intercâmbio de apoios a candidaturas de interesse dos dois países. Atualmente, estão acordadas duas trocas de votos: a) entre a candidatura polonesa à Comissão de Estatística, mandato 2025-28, nas eleições já realizadas em abril de 2024 (Polônia foi eleita), e a candidatura brasileira ao Conselho de Direitos Humanos (CDH), mandato 2027-29, nas eleições previstas para outubro de 2026; e b) entre a candidatura polonesa ao Subcomitê de Prevenção à Tortura (SPT), mandato 2025-2028, nas eleições já realizadas em outubro de 2024 (Polônia foi eleita), e a candidatura do Prof. George Galindo ao Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM), mandato 2026-35, nas eleições previstas para junho de 2026.

A Embaixada em Varsóvia identificou os seguintes pedidos de apoio ao Brasil para candidaturas polonesas: a) CDH, mandato 2029-2031, nas eleições previstas para serem realizadas em outubro de 2028; b) Comitê Contra a Tortura (CAT), mandato 2026-2029, em eleições previstas para 2025, em Genebra; c) Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), mandato 2026-2030, em eleições previstas para 2025; d) Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, mandato 2025-2029; e) Conselho de Segurança, mandato 2044-2045; f) Comissão de Serviço Público Internacional (ICSC), mandato 2027-2030; g) Junta Comum de Inspeção (JIU), mandato 2028-2032; e h) Presidência da Assembleia-Geral da ONU (PGA), mandato 2067-2068.

O Brasil solicitou apoio à Polônia, recentemente, para sua reeleição ao Conselho Executivo da Organização Marítima Internacional (IMO), categoria “B”, mandato 2026-2027, em eleições convocadas para 24/11 a 03/12/25, em Londres.

POLÍTICA INTERNA

A Polônia é uma república parlamentarista desde novembro de 1918. Trata-se de um Estado unitário, dividido em 16 províncias (“*voivodias*”), cujo sistema de governo parlamentarista tem características de semipresidencialismo. O presidente é o chefe de Estado, enquanto o primeiro-ministro ocupa a função de chefe de governo e lidera o Conselho de Ministros, sendo responsável pela administração do país e pela implementação das políticas públicas. O primeiro-ministro, indicado pelo presidente, deve contar com o apoio da maioria no *Sejm*, a câmara baixa do parlamento polonês.

O sistema parlamentar é estruturado de forma bicameral, dividindo-se em duas câmaras. No cerne do processo legislativo, encontra-se o *Sejm*, a câmara baixa, composta por 460 deputados. Cabe a esses parlamentares a elaboração das leis e a supervisão das atividades do governo. Já o Senado, a câmara alta, é formado por 100 senadores e tem poder de revisão das leis aprovadas pelo *Sejm*.

No sistema polonês, o presidente da República, eleito por sufrágio direto, assume o papel de chefe de Estado com um conjunto de prerrogativas relevantes. Diferentemente de uma monarquia parlamentar, na qual o monarca cumpre funções meramente representativas, o presidente polonês desempenha funções executivas e possui poderes que podem, de fato, influenciar decisivamente o rumo das políticas públicas e do processo legislativo. Entre as suas atribuições, destaca-se a capacidade de iniciar projetos de lei, bem como de intervir em sua tramitação, por meio da imposição de veto, que requer maioria qualificada de três quintos na câmara baixa do Parlamento para ser derrubado, o que confere ao presidente papel importante e, muitas vezes, determinante na formulação e implementação de políticas governamentais.

Dadas as características do sistema político polonês, o cargo de Presidente da República é elemento crítico para a governabilidade. A escolha do presidente não só tem impacto na agenda legislativa e na condução dos debates políticos, mas também influencia diretamente a capacidade do governo Tusk de promover as reformas que quer implementar, por exemplo, no Poder Judiciário polonês. A eleição de Karol Nawrocki para a Presidência da República em maio de 2025 representa desafio para a consolidação da governabilidade do governo Tusk, que depende, em grande medida, do alinhamento institucional entre os poderes para implementar muitas de suas políticas e reformas.

- Conjuntura política recente

As forças de esquerda e de centro-esquerda declinaram em importância desde o fim do segundo governo da Aliança Democrática de Esquerda (SLD), em 2005. A SLD chegou a ocupar a presidência da República por dez anos seguidos (presidência de Aleksander Kwaśniewski, 1995-2005) e a Chefia de Governo em mais de uma ocasião (1995-1997 e 2001-2005). Essa última administração, contudo, foi marcada por alto nível de desemprego, cortes no orçamento e escândalos de corrupção, o que levou o partido a um declínio acentuado do qual jamais se recobrou, chegando a não alcançar representação no *Sejm* em 2015, embora tenha recuperado alguns assentos em 2019.

A dinâmica da disputa entre as forças políticas do país, por sua vez, ainda é afetada pela morte do então presidente Lech Kaczyński, irmão gêmeo do atual líder do PiS, Jarosław Kaczyński, e de parte importante da cúpula governamental, em acidente aéreo ocorrido com o avião presidencial na cidade russa de Smolensk, em 10/4/2010. Na ocasião, a delegação polonesa dirigia-se à cidade russa para participar de cerimônia relativa aos 70 anos do massacre de Katyń (1940), em que mais de 20 mil poloneses foram executados por forças soviéticas. A tragédia e seus desdobramentos catalisaram as visões divergentes sobre história, costumes, moral, religião e política externa com nações vizinhas, que dominam as discussões do dia a dia e influenciam as perspectivas políticas e sociais do país até hoje.

A eleição parlamentar de 2005 foi um marco na política polonesa ao inaugurar o momento em que dois partidos, um considerado de direita e outro social-democrata, passaram a se alternar no poder. O partido Lei e Justiça (PiS), de perfil nacionalista e conservador, liderado por Jarosław Kaczyński, esteve à frente da coalizão que governou o país de 2005 a 2007 e, depois, de 2015 a 2023. A Plataforma Cívica (PO, na sigla em polonês), de perfil liberal, governou o país entre 2007 e 2014, tendo Donald Tusk como primeiro-ministro. Tusk retornou ao poder em 13 de dezembro de 2023, com seu partido à frente da coligação vencedora, a Coalizão Cívica (KO).

Europeísta e sustentado pela população urbana, a PO liderou, com a assunção de Tusk ao cargo de Primeiro-Ministro em 2007, processo de expansão econômica que levou a prosperidade sem precedentes no país. A Polônia foi o único dos 27 países membros da UE a não experimentar recessão diante dos efeitos da crise financeira de 2008, com crescimento médio de 3,5%, entre 2008 e 2015. O Partido passou a controlar também a chefia do Estado de 2010 até 2015, com a eleição de Bronisław Komorowski.

No começo do segundo mandato de Donald Tusk, a hegemonia da Plataforma Cívica caminhava a passos largos para sua consolidação. A presidência do Conselho da UE, exercida no segundo semestre de 2011, foi acolhida com grande entusiasmo pela população e serviu para aumentar o prestígio e a projeção externa da Polônia. A agenda proativa e otimista em relação ao futuro da UE serviu ao então primeiro-ministro Tusk para apresentar ao público interno credenciais de estadista, reforçadas pelo bom desempenho econômico alcançado até então.

A partir do início de 2012, no entanto, o governo da PO passou a sofrer a erosão de seus índices de popularidade. Uma reforma previdenciária impopular deu início a esse processo, agravado pela desaceleração econômica. Essa fase culminou com escândalo envolvendo gravações de áudio de políticos da administração Tusk em restaurantes de luxo, o que foi explorado pelo PiS para retratar os políticos da PO como uma elite desconectada da realidade popular.

No que foi considerada uma surpresa eleitoral, o então desconhecido Andrzej Duda, advogado de 43 anos, venceu as eleições presidenciais de maio de 2015 contra o presidente incumbente. Em outubro daquele ano, o PiS também obteve vitória expressiva nas eleições parlamentares, resultando na nomeação de Beata Szydło (PiS) como primeira-ministra. Em demonstração simbólica da guinada à direita de um eleitorado já tradicionalmente conservador, nenhuma agremiação de esquerda obteve assento no Parlamento. A coalizão liderada pela SLD, que até pouco tempo antes era o terceiro maior partido polonês, não conseguiu, à época, votos suficientes para superar a cláusula de barreira. Em 7 de dezembro de 2017, o comitê político do PiS aceitou pedido de demissão da primeira-ministra Beata Szydło e indicou o nome de Mateusz Morawiecki, à época vice-primeiro-ministro e ministro do Desenvolvimento e das Finanças, para substituí-la na chefia do governo.

Nas eleições regionais realizadas em outubro e novembro de 2018, o Lei e Justiça (PiS) ganhou terreno nas assembleias regionais, embora tenha sido derrotado nas disputas pelas prefeituras das maiores cidades. Os resultados foram considerados negativos para o partido conservador, reafirmando tendência à forte polarização do eleitorado polonês, entre campo e cidade e entre as regiões Leste e Oeste do país, essa última um bastião do PiS.

Nas eleições parlamentares de outubro de 2019, a coalizão governista “Direita Unida”, liderada pelo PiS, conquistou novamente 235 cadeiras. No Senado, contudo, o PiS perdeu a maioria, ao conquistar 48 de um total de cem cadeiras (tendo obtido 61 em 2015). Esse pleito marcou, ainda, o retorno de partidos de esquerda a ambas as câmaras parlamentares, em coalizão oposicionista liderada pela SLD. Ainda que o partido tenha perdido o controle do Senado, a ampla margem de vitória no

Sejm pode ser atribuída ao cenário econômico positivo que aliava, até 2019, elevado crescimento (5,1%) e baixo desemprego (3,3%).

Parcela significativa da população, sobretudo a que reside em vilas e cidades pequenas, bastiões do PiS, identifica-se com a defesa que o partido faz do nacionalismo e de uma “identidade polonesa” que teria como valores centrais o cultivo da “família tradicional” e da religião católica. Nesse contexto, insere-se ainda, por exemplo, o programa de incentivo à natalidade então implementado pelo partido, o “500+”, que paga às famílias auxílio mensal de 500 złotych por filho, independentemente da faixa de renda.

A aprovação popular do governo de então não isentou a agenda política do PiS de controvérsias, que repercutiram tanto no exterior quanto no país. Entre os temas que geraram mais controvérsias poderiam ser destacadas as reformas do Judiciário, a agenda de costumes, novas restrições ao direito ao aborto e as muitas disputas com a União Europeia (UE) decorrentes de tais temas.

No tocante ao primeiro tema, o PiS promoveu uma série de medidas com objetivo de reformar o Poder Judiciário, sob a justificativa de que uma das falhas na transição para a democracia, em 1989, teria sido a ausência de ajustes e modernização do setor. Para o partido, as cortes polonesas seriam “politizadas, ineficazes e corruptas”. Críticos argumentam, contudo, que as ações do governo teriam deliberadamente comprometido a autonomia do Poder Judiciário, em razão de terem permitido a redução da idade de aposentadoria de juízes e a indicação de juízes para o Tribunal Constitucional em “violação” de regras constitucionais.

Outro tema que causou controvérsia no país foi a decretação, pelo aludido Tribunal Constitucional, em 22/10/2020, da inconstitucionalidade do dispositivo de lei, vigente até então, que permitia interromper a gravidez nos casos de anomalia grave do feto. Segundo pesquisas, ainda que apenas cerca de 1/4 da população fosse favorável ao aborto irrestrito, as novas restrições desagradaram três de cada quatro poloneses. Como consequência, foram registradas as maiores manifestações populares de protesto até então na história pós-comunista da Polônia. Sondagens também apontaram que grande parte da população responsabilizou o PiS pela decisão do Tribunal.

Em agosto de 2021, disputas entre a ala mais liberal e pró-europeia da Direita Unida e partidários mais nacionalistas e conservadores levaram à expulsão do partido “*Porozumienie*” (Acordo) da coalizão governista. Ainda que tenha enfrentado reveses, o PiS continuou sendo o líder em sondagens eleitorais. Ao longo de 2023, contudo, observou-se continuada queda nas intenções de voto do partido governista em relação ao último pleito, assim como o crescimento da PO, observado desde o “retorno” do ex-primeiro-ministro Donald Tusk à cena política nacional, em julho de 2021, após sete anos de ausência - da qual estava afastado desde o fim de seu mandato como presidente do Conselho Europeu (2014-2019). O PiS acabou por perder a maioria nas eleições parlamentares de 15 de outubro de 2023.

- Eleições Parlamentares de 15/10/2023

Embora o partido “Lei e Justiça” (PiS), o maior da coalizão de governo conhecida como “Direita Unida”, tenha obtido, individualmente, mais votos nas eleições parlamentares de 15/10, a vitória ficou com a oposição, a qual obteve maioria para formar novo governo, assumindo efetivamente assumiu o poder após acordo entre os diversos partidos que a formam.

A participação dos eleitores no pleito parlamentar de 2023 foi recorde, atingindo inéditos 74,3% (cerca de 22 milhões de pessoas). O número de eleitores registrados no exterior foi superior a 600 mil, quase o dobro do número observado nas eleições parlamentares anteriores, de 2019.

Para a composição dos 460 assentos da câmara baixa do Parlamento, o PiS obteve 35,38% dos votos (7,64 milhões, 194 assentos). As agremiações de oposição que mais receberam votos foram a Coalizão Cívica (KO), de Donald Tusk (que assumiu o novo governo como primeiro-ministro em 13/12/2023), com 30,70% dos votos (6,62 milhões, 157 assentos); a Terceira Via (TD), com 14,40% (3,11 milhões, 65 assentos); e a Nova Esquerda, com 8,61% (1,85 milhão, 26 assentos). Juntas, alcançaram 248 assentos. A aliança de extrema direita, Confederação, obteve 7,16% (1,54 milhão e 18 assentos).

No Senado, a oposição logrou manter a maioria que já possuía, tendo as cadeiras na câmara alta sido divididas da seguinte forma: de um total de 100, a Coalizão Cívica obteve 41 assentos; o PiS, 34; a Terceira Via, 11; e a Nova Esquerda, 9; além de 5 assentos para candidatos independentes.

- Eleições locais de 07/04/2024

As eleições parlamentares regionais foram realizadas em abril passado, nas 16 províncias do país. O partido de direita Lei e Justiça (PiS), hoje de oposição, emergiu como o mais forte partido polonês, individualmente, com 34,27% dos votos gerais (em todas as regiões), seguido pela Coalizão Cívica (KO), de centro, com 30,59%; pela Terceira Via (TD), de centro-direita, com 14,25%; pela Confederação ("*Konfederacja*"), de extrema direita, com 7,23%; e, finalmente, pela Esquerda ("*Lewica*"), com 6,23%. Note-se que, em relação aos indicadores iniciais divulgados em 08/04, somente o PiS e a TD lograram aumentar sua porcentagem de votos, enquanto os demais partidos viram sua porcentagem diminuir.

A KO, liderada pelo primeiro-ministro Donald Tusk, logrou alcançar o primeiro lugar em 9 das 16 assembleias legislativas provinciais. A participação eleitoral fechou em 51,9%, três pontos percentuais a menos do que o observado nas eleições locais de 2018 e, como já informado, muito aquém da participação registrada nas eleições parlamentares nacionais de outubro de 2023, que atingiu 74,3%.

- Eleições ao Parlamento Europeu de 09/06/24

Os resultados oficiais das eleições ao Parlamento Europeu confirmaram a vitória da Coalizão Cívica (KO), agremiação que abarca partidos de vários espectros políticos e é liderada pela Plataforma Cívica (PO). A KO foi vitoriosa em 10 das 16 províncias polonesas e obteve 37,06% dos votos. Foi a primeira vez que o PiS, desde 2014, não alcançou o primeiro lugar em uma eleição.

O partido de direita Lei e Justiça (PiS), hoje o maior da oposição, ficou em segundo lugar, tendo obtido 36,16% dos votos. A Confederação, de extrema direita, alcançou o terceiro lugar, com 12,08%, seguida pela Terceira Via (TD), de centro-direita, com 6,91%, e, finalmente, pela Esquerda, com 6,3%. Candidatos independentes somaram 0,93%. O partido extremista Confederação foi o que se saiu melhor com o eleitorado jovem (18 a 30 anos), tendo crescido também entre os produtores rurais, enquanto a KO e o PiS empataram na preferência dos eleitores acima de 60 anos de idade.

Na avaliação de especialistas, a posição de Donald Tusk teria sido fortalecida, uma vez que o primeiro-ministro polonês se engajou pessoal e intensamente no processo eleitoral, tendo focado seus discursos, principalmente, no tema da segurança da Polônia e da Europa. Em consequência, avalia-se, Tusk adquiriu força política para promover os nomes que desejasse para posições estratégicas na UE ou para indicar quem concorreria à presidência da República em 2025.

- Eleições presidenciais de 2025

O presidente do *Sejm* e candidato ao cargo de presidente da República, Szymon Holownia, confirmou, em janeiro passado, as datas para a realização do escrutínio presidencial na Polônia: 18/05/25 (primeiro turno) e, caso nenhum dos candidatos obtivesse mais de 50% dos votos, 01/06/25 (segundo turno). Em observância à legislação eleitoral polonesa, a campanha oficial para o pleito de maio iniciou-se no próprio dia 15/01 e, comparada com eleições anteriores, teve uma duração mais estendida do que o normal, com mais de quatro meses de duração.

Os partidos políticos necessitaram notificar, até 24/03/25, a Comissão Eleitoral Estatal (PKW) da formação dos comitês eleitorais de seus candidatos. Até 04/04/25, por sua vez, foi admitida a apresentação de candidaturas, as quais precisaram estar acompanhadas de listas de apoio contendo pelo menos 100 mil assinaturas. Os principais candidatos ao pleito foram o atual prefeito de Varsóvia, Rafal Trzaskowski (KO), Karol Nawrocki (PiS), Szymon Holownia (Polônia 2050) e Slawomir Mentzen (*Konfederacja*).

Em meio à campanha, acusações de potenciais interferências estrangeiras no pleito agitaram a vida política do país. Em 06/02/25, o então presidente Andrzej Duda veio a público sugerir que a União Europeia poderia tentar interferir no processo eleitoral polonês para "escolher seu sucessor". Segundo Duda, político vinculado ao PiS, a União Europeia não apreciaria que os conservadores voltassem a governar a Polônia, insinuando que Bruxelas favoreceria o candidato pró-europeu do partido Plataforma Cívica em detrimento de Karol Nawrocki, apoiado pela direita polonesa e pelo próprio presidente Duda. Para o então presidente polonês, havia “ameaça real” à democracia, o que exigiria a “firme defesa” dos resultados das eleições na Polônia, “caso se descubra que se pretenda manipulá-las de forma semelhante à da Romênia”.

De outro lado, mas também expressando o temor com interferências nas eleições de maio, a deputada Magdalena Biejat, candidata a presidente pelo partido de esquerda Lewica, acusou o bilionário Elon Musk de usar as mídias sociais para manipular o processo eleitoral no país. Seu pronunciamento contra a possível interferência de Musk no processo eleitoral polonês seguiu a linha de posicionamento anterior já manifestado pelo próprio chanceler Sikorski, atento às atitudes de Elon Musk em relação às eleições na Alemanha e na Polônia, que lembrou que "interferir no processo eleitoral é crime na Polônia".

O candidato vinculado ao partido Lei e Justiça (PiS), Karol Nawrocki, venceu as eleições presidenciais polonesas (segundo turno) realizadas em 01/06, com 50,89% dos votos, derrotando por pequena margem o candidato governista da Coalizão Cívica (KO), Rafal Trzaskowski, que obteve 49,11% dos votos. Tratou-se de uma das eleições presidenciais mais disputadas da história pós-comunista da Polônia. A participação eleitoral atingiu 71,63%, uma das mais elevadas das últimas décadas, embora ligeiramente abaixo do recorde registrado nas eleições parlamentares de 2023.

Para os analistas locais, a vitória de Nawrocki ratificou a consolidação do apoio do conjunto do eleitorado de direita a um só candidato. Nawrocki recebeu apoio esmagador dos eleitores que haviam apoiado candidatos de extrema direita no primeiro turno: 87,1% dos eleitores de Slawomir Mentzen ("*Konfederacja*") e 92,5% dos eleitores de Grzegorz Braun (KKP) teriam transferido seu apoio a Nawrocki no segundo turno. Nawrocki teria conduzido uma campanha de caráter nacionalista e antigoverno. Apesar de ser apoiado pelo PiS, posicionou-se como um candidato *anti-establishment*, mesclando os valores tradicionais do PiS com a retórica libertária e nacionalista radical da *Konfederacja*.

- Reforma do Poder Judiciário e restauração do Estado de Direito

As reformas introduzidas na composição e no funcionamento do Poder Judiciário polonês durante o governo do partido conservador PiS (2015-2023) foram consideradas, dentro e fora do país, e muito especialmente pelas instituições comunitárias, um atentado ao Estado de Direito na Polônia, tendo ensejado, inclusive, a suspensão de repasses de recursos financeiros ao país pela Comissão Europeia. Ao alterar a sistemática de nomeação dos juízes poloneses, atribuindo-as ao Conselho Nacional do Judiciário (KRS), órgão dominado pelo próprio PiS, o Poder Judiciário da Polônia foi aparelhado, na prática, pelo partido governista. Os juízes indicados por esse sistema, conhecidos como “neo-juízes”, são hoje cerca de 3.000 em todo o país. Ao assumir o poder em 2023, o governo de Donald Tusk, apresentou projetos de lei destinados a reformar o Poder Judiciário e o Ministério Público, o que ensejou a liberação dos recursos até então retidos pela Comissão Europeia.

Até mais de um ano de gestão, contudo, as reformas não foram ainda aprovadas e continuam os embates entre os poderes constituídos na Polônia, o que é ilustrado, por exemplo, pela recente acusação feita pelo presidente do Tribunal Constitucional e encaminha ao Ministério Público, que abriu investigação a respeito, de que o primeiro-ministro Donald Tusk e outras autoridades polonesas estariam cometendo um golpe de Estado ao adotar medidas que cerceiam o funcionamento da Justiça no país. Como reação, o procurador-geral, que vem a ser o próprio ministro da Justiça, decidiu suspender por seis meses o subprocurador que acatou a denúncia e abriu investigação contra Tusk.

A medida foi denunciada pela oposição como uma tentativa de evitar que viessem à tona má-conduta do primeiro-ministro e de outras autoridades. A reforma do Judiciário, com a restauração plena do Estado de Direito na Polônia, depende da tramitação dos projetos de lei da reforma, a qual permanece obstaculizada por ações de personalidades políticas vinculadas ao PiS. Ademais, a coalizão de governo na Polônia controla 52% dos assentos no *Sejm*, maioria pouco expressiva que enfrenta, de forma cotidiana, forte oposição parlamentar.

POLÍTICA EXTERNA

A Polônia desempenhou papel relevante na transformação do sistema internacional da era da Guerra Fria para um sistema unipolar e, depois, multipolar, após a extinção da União Soviética. O advento do movimento “Solidariedade”, na cidade portuária de Gdańsk, em agosto de 1980, deflagrou processo rápido e sem precedentes de sindicalização e de mobilização social da Polônia, que levou ao fim do monopólio do Partido Comunista.

Concorreram também para a derrocada comunista e a queda do Muro de Berlim, em outubro de 1989, a sagração do cardeal polonês Karol Józef Wojtyła como Papa João Paulo II, em 1978, e sua mensagem em prol das liberdades e direitos humanos fundamentais, característica do seu Pontificado; e o brutal assassinato do padre Jerzy Popiełuszko, em outubro de 1984, por agentes do Serviço de Segurança do Ministério do Interior da Polônia. O prelado realizava regularmente transmissões radiofônicas de missas e sermões, para todo o país, pela rádio, então clandestina na Polônia, *Free Europe*.

A transição foi acelerada pelo governo de Tadeusz Mazowiecki, o primeiro primeiro-ministro não comunista do país, que implementou reformas voltadas à liberalização da economia. O ponto central desse período foi o Plano Balcerowicz, lançado em 1990 pelo ministro das Finanças Leszek Balcerowicz. O plano, baseado em políticas heterodoxas, visava a estabilizar a inflação galopante, privatizar empresas estatais e abrir o mercado polonês à concorrência internacional. Embora tenha trazido recessão inicial e impactos sociais significativos, como o aumento do desemprego e a queda no padrão de vida, o plano foi essencial para a modernização da economia polonesa. Durante os anos 1990, o país passou por crescimento gradual, atraindo investimentos estrangeiros e fortalecendo suas instituições democráticas.

A transição polonesa é geralmente considerada consolidada com sua adesão à União Europeia em 1º de maio de 2004. Esse momento simbolizou o reconhecimento do país como economia de mercado estável e funcional, alinhada aos padrões políticos e jurídicos europeus. O ingresso na UE marcou o fim do período de ajustes e o início de uma nova fase de integração e crescimento sustentado. Desde então, a Polônia se consolidou como uma das economias mais dinâmicas da continente europeu.

Alcançados os principais objetivos de sua diplomacia com a integração à OTAN, à União Europeia, ao FMI e à OCDE, a grande prioridade da política externa polonesa passou a ser a projeção do país como uma das principais forças do continente europeu, política e economicamente, mas também na área de defesa.

Desde a invasão russa da Crimeia, em 2014, a política externa polonesa tem estado amplamente dominada pela pauta do enfrentamento à Rússia. O “avanço do imperialismo russo” configura um dos temas mais consensuais tanto na esfera política quanto junto à opinião pública no país, havendo virtual entendimento de que aquele país oriental representa verdadeira “ameaça existencial” à Polônia.

Logo nas primeiras horas da invasão de 24 de fevereiro de 2022, o governo polonês determinou o envio de frota de caminhões com munições e armamentos leves a título de doação ao governo ucraniano, a fim de ajudá-lo a resistir à invasão. Também, rápida e imediatamente, organizou logística de recebimento, na Polônia, de refugiados ucranianos, por meio de centros de recepção na fronteira e de facilidades para que usufríssem de serviços e benefícios públicos e sociais deste país. Calcula-se que mais de 3,5 milhões de refugiados tenham se fixado ou estado de passagem na Polônia, dos quais cerca de 1.500 teriam seguido para o Brasil.

Às vésperas da invasão, e nas semanas subsequentes, autoridades polonesas, entre as quais o próprio Presidente Andrzej Duda e o então primeiro-ministro Mateusz Morawiecki, estiveram em

Kiev e regiões a oeste da Ucrânia para manifestarem seu integral apoio àquele país, que consideram ter sido vítima de “agressão não provocada, arbitrária e injustificada”.

A Polônia, cuja política externa já se vinha caracterizando, há tempos, por intenso “ativismo pró-Occidental”, integracionista e multilateralista, com o objetivo precípua de pressionar e mesmo isolar Moscou, recrudesciu ainda mais sua condenação à Federação Russa, apresentando-se, desde fevereiro de 2022, como uma “sentinela do Ocidente”.

Sob o governo do PiS, a Polônia pode ser considerada como um dos países que mais advogou a condenação contundente e enérgica da Rússia em decorrência da invasão da Ucrânia, repudiando as chamadas “políticas de apaziguamento” com Moscou, valendo-se recorrentemente para tanto de analogia histórica à Conferência de Munique de 1938 e às conversações entre o então primeiro-ministro britânico Neville Chamberlain e Adolf Hitler. Tal movimento foi plenamente respaldado pela sociedade polonesa, que até então se havia manifestado majoritariamente e favoravelmente às ações do governo de apoio à Ucrânia e de repúdio à Rússia, tendo apoiado amplamente, em pesquisa de opinião (87,5%), a instalação de bases militares norte-americanas permanentes no seu país (julho de 2022).

Tal engajamento foi mantido com a chegada do governo de Donald Tusk, líder da Coalizão Cívica (KO) que assumiu o poder em 13 de dezembro de 2023. Embora tenha herdado as rugas do governo anterior com a Ucrânia decorrentes do chamado “contencioso de grãos” (entrada considerada excessiva pelos agricultores poloneses de produção agrícola ucraniana na Polónia em detrimento da produção nacional), o novo governo polonês passou a manifestar-se de maneira igualmente contundente nesse tema e em defesa do rearmamento dos países europeus como forma de resistência ao imperialismo russo, promovendo o aumento constante de sanções a Moscou.

- Relações com a União Europeia e países europeus específicos

A Polónia converteu-se, desde seu ingresso na UE em 2004, em uma grande promotora da causa da integração comunitária. Ao apoiar os pleitos balcânicos e ucraniano de adesão à UE, a Polónia pretende ampliar seu prestígio regional e internacional, projetando-se como promotora da causa da integração, ao mesmo tempo em que almeja, com o fortalecimento do bloco, promover a contenção de seus grandes adversários, Rússia e Belarus, no cenário político e estratégico europeu e global.

Em sua posse, o ministro dos Negócios Estrangeiros Radosław Sikorski sublinhou que “a diplomacia é a primeira linha de defesa da Polónia”. Suas prioridades à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, segundo afirmou, seriam o “fortalecimento da segurança nacional” e a reparação de relações “com a União Europeia e demais aliados”. Nesse sentido, aduziu que buscaria garantir que “a Polónia crescesse na hierarquia das nações”. Sikorski enfatizou, ainda, que esperava “trazer a Polónia da periferia para o centro da cooperação na União Europeia”. Por outro lado, repisou que seu país daria continuidade à política de apoio à Ucrânia: “A Ucrânia será uma prioridade para a política de segurança polonesa e para a política europeia da Polónia”.

Ao criticar repetidamente o governo anterior do PiS, o qual condenou principalmente pelo “relacionamento tóxico” que teria impingido à União Europeia, Sikorski argumentou que a animosidade do governo anterior com as instituições de Bruxelas, em particular no contexto das acusações de violações ao estado de Direito na Polónia, apenas teria servido para marginalizar o país. Criticou também a deterioração do relacionamento bilateral da Polónia, sob o PiS, com a Alemanha, a França, a República Tcheca e até mesmo com a Ucrânia. Para o atual governo polonês, e nas palavras do chanceler Sikorski, ser europeu não é apenas uma escolha de cunho geográfico, mas, sim, “civilizacional”.

Por ocasião das comemorações dos 20 anos de adesão da Polônia à UE, Donald Tusk referiu-se aos valores que tornariam a União Europeia especial para seu país e que seriam compartilhados pela Polônia, tais como o respeito aos direitos humanos, a crença na democracia e na liberdade, bem como a valorização da solidariedade entre os povos. Tusk ressaltou que a presença da Polônia na UE é uma garantia de segurança para os poloneses e de pertencimento ao mundo ocidental. Defendeu que o saldo desses vinte anos foi positivo para o país e que “a Polônia não precisa mais olhar para o Ocidente com inveja, porque somos parte dele”. Tusk ainda argumentou que o país exerce impacto real no bloco e em suas políticas, argumentando, inclusive, que no continente a Polônia seria líder no que se refere “ao espírito de liberdade e de crença no poder da democracia” e líder em questões que dizem respeito ao futuro da Europa, começando com segurança.

Do ponto de vista econômico, Tusk exaltou os efeitos positivos que a participação no bloco trouxe para a Polônia ao longo de vinte anos. Sublinhou que, após as deduções das contribuições do país à UE, a Polônia deverá receber cerca de EUR 163 bilhões em fundos europeus. Tusk ainda ressaltou que a economia polonesa mudou de perfil durante esse tempo. Tusk falou da diminuição da taxa de desemprego na Polônia durante o período, de 19% para 3%, bem como sobre a redução da disparidade de renda entre a Polônia e os demais países da Europa Ocidental: “em termos de PIB per capita, em paridade de poder de compra, nós ultrapassamos a Grécia e Portugal em 2022”. Afirmou, ainda, que a presença da Polônia na UE fez aumentar a confiança do investidor estrangeiro.

Tusk reconhece, igualmente, que fazer parte da União Europeia também traz responsabilidades comuns e desafios, citando o problema da migração ilegal e a necessidade do controle de fronteiras, assim como a questão do “*Green Deal*” e o atendimento aos interesses dos produtores agrícolas. Tusk defende a necessidade de apoiar os produtores e empresários europeus contra competidores externos, em particular contra a “regulação comunitária”, de modo que a mesma seja justa para os produtores e empresários do bloco.

Sobre a vigência do estado de Direito na Polônia, um dos temas de maior atrito entre o governo anterior do PiS e Bruxelas, Tusk defendeu que a normalidade e independência do Poder Judiciário é o que faz da Polônia um país ocidental e que os crimes e abusos de poder do governo anterior nessa área seriam punidos. O governo de Donald Tusk, contudo, ainda não conseguiu implementar as reformas estatutárias que reverteriam as mudanças no sistema judiciário polonês introduzidas, desde 2016, pelo governo anterior do PiS. A falta, até o momento, de resultados concretos das medidas prometidas pelo governo polonês quanto às reformas necessárias para o restabelecimento pleno do estado de Direito no país e a tolerância das instituições europeias com essa situação indicariam, aparentemente, um alinhamento político entre Varsóvia e Bruxelas.

No que se refere aos temas de segurança e defesa, o governo polonês e a Comissão Europeia estariam de acordo quanto à necessidade da UE de concentrar seus melhores esforços no tópico da segurança. Tusk defendeu a criação do cargo de comissário europeu para defesa e o investimento de, no mínimo, EUR 100 bilhões na segurança comunitária, a fim de que a Europa se torne segura pelas suas próprias capacidades militares, ainda que sem descartar a relevância do guarda-chuva protetor oferecido pelas relações transatlânticas. Nesse sentido, sugeriu a criação de um sistema europeu de defesa aérea. Tusk defendeu uma mudança de mentalidade quanto à política de defesa europeia, argumentando que o continente precisa tornar-se a mais forte entidade política mundial: “Econômica, financeira, tecnológica e demograficamente somos maiores e mais fortes do que os Estados Unidos e a Rússia juntos”.

A guerra na Ucrânia e o retorno da Polônia ao “*mainstream*” da política europeia, após a volta de Tusk ao poder, estariam colaborando para reduzir as assimetrias presentes nas relações de Varsóvia com Berlim e Paris. No contexto do chamado Triângulo de Weimar, o atual governo polonês tem buscado reconstruir as relações de Varsóvia com as duas capitais após anos de atrito sob o governo

conservador do PiS (2015-2023). Sobre o Triângulo de Weimar, recorde-se que se trata de mecanismo informal de consultas e coordenação criado em 1991 com o objetivo de preparar a Polônia para a adesão à UE e à OTAN. O chanceler polonês já afirmou que a Alemanha e a França constituem “nossos parceiros mais importantes na União Europeia” e que, portanto, “intensificar a cooperação dentro do Triângulo de Weimar está entre as prioridades da política externa da Polônia”.

O chanceler Sikorski, logo no início do atual mandato do Donald Tusk, declarou que a guerra na Ucrânia havia demonstrado que o Triângulo de Weimar poderia ser tanto um bom fórum de cooperação como uma fonte de boas ideias para o futuro da União Europeia. A Polônia objetiva hoje coordenar esforços com Paris e Berlim com vistas à cooperação militar e industrial entre os três países em apoio à Ucrânia. As crescentes ameaças à segurança da Europa resultantes da chamada “política imperialista russa” e a importância da assistência a Kiev têm sido o eixo central da cooperação no Triângulo de Weimar. No contexto desse mecanismo, Polônia e França têm coincidido no que se refere à defesa de mais ajuda da Europa a Kiev. Por outro lado, analistas opinam que a proximidade da Polônia com os Estados Unidos é vista como vantajosa para a Alemanha, que se oporia à postura mais inflada de Macron contra a Rússia.

Com a Alemanha, a despeito de ser Berlim a principal parceira econômica da Polônia, o governo do PiS manteve como tema candente a reivindicação de reparações pelas destruições causadas ao país durante a II Guerra Mundial. Nesse sentido, o atual chanceler defendeu que, apesar dos interesses da Alemanha e da Polônia não serem sempre convergentes, o governo do primeiro-ministro Tusk enxerga essa parceria como fundamental para o país. A respeito, e indagado sobre sua confiança em Berlim, Sikorski ressaltou que “a Alemanha é nossa aliada”. Embora não evite críticas à Alemanha, seja por seu “oportunismo” nas relações com a Rússia mesmo após a invasão da Ucrânia, seja pela necessidade de compensar a Polónia pelos efeitos da II Guerra Mundial (tendo já sugerido que Berlim apresente propostas nesse sentido), Sikorski sublinhou estar a Polónia buscando “consertar” suas relações com a Alemanha.

Sobre a França, o chanceler Sikorski já ressaltou a existência de muitos interesses convergentes entre os dois países, além de simpatia mútua. Ao ser indagado sobre os tipos de líderes de que a Europa necessita no momento, Sikorski elogiou o presidente francês, Emmanuel Macron: “Precisamos de líderes que nos digam como ter sucesso novamente. Acredito que a Ucrânia pode ser o nosso sucesso. Se a Ucrânia vencer, as mudanças começarão na Rússia. Lá, depois de uma guerra perdida, há sempre reformas, foi o que aconteceu depois da guerra da Crimeia e depois da guerra com o Japão. As reformas também ocorreram após a derrota da União Soviética no Afeganistão. O Presidente Macron é capaz de dar às pessoas uma visão positiva de onde poderemos estar daqui a cinco, dez ou vinte anos. A Europa precisa disso”. Sikorski afirmou estar “satisfeito” com a disposição de Paris de estreitar ainda mais sua parceria estratégica com Varsóvia: “Esperamos restaurar o hábito de consultas intergovernamentais que devem visar a cooperação, especialmente no que se refere às forças armadas e à construção de capacidades de defesa europeias”.

- Relações com os Estados Unidos e a Aliança Atlântica

As relações da Polónia com os Estados Unidos são baseadas em uma parceria estratégica com forte componente em matéria de segurança e defesa, mas que incluem também interesses econômicos e comerciais. Considerados o mais importante parceiro não europeu da Polónia, os EUA representam a fonte de segurança última contra ameaças provenientes do Leste. Nos últimos anos, o incremento da presença militar norte-americana neste país e a aquisição de bilhões de dólares em equipamentos militares norte-americanos ilustram os esforços poloneses de reforçar a cooperação transatlântica em defesa.

Atualmente, segundo o Ministério da Defesa Nacional da Polônia, um total de cerca de 10.000 soldados das forças armadas dos EUA estão estacionados no país, em caráter rotativo. Em 21/03/2023, o Exército dos Estados Unidos inaugurou uma guarnição permanente instalada em Poznan. Trata-se da primeira instituição militar desta natureza no flanco oriental da OTAN, resultado da visita a Varsóvia do presidente norte-americano, Joe Biden, em 22/02/23, e de declarações feitas por ele, em junho de 2022, sobre a criação de possível base permanente para seu V Corpo de Exército, que opera na Polônia. Embora o país já dispusesse da presença em seu território de tropas norte-americanas em forma rotativa, Varsóvia vinha insistindo junto a Washington para que essa presença se tornasse permanente. A principal tarefa da unidade norte-americana é coordenar as atividades e supervisionar as forças terrestres dos EUA destacadas na Europa e promover o planejamento operacional, a cooperação e a sincronização das forças dos EUA com as tropas de outros países da OTAN. O comando desempenha um papel fundamental na integração das tropas dos EUA destacadas na Polônia, sincronizando a sua cooperação com as Forças Armadas Polonesas.

A Polônia busca a ajuda norte-americana, ainda, para garantir sua segurança energética, diminuindo a dependência do carvão, e para livrar-se da dependência do gás proveniente da Rússia. Essa segurança teria ficado comprometida, segundo Varsóvia, com a conclusão do gasoduto Rússia-Alemanha *Nord Stream 2*. Buscando tais objetivos, a Polónia concluiu contrato de longo prazo para aquisição de gás liquefeito de petróleo de companhia dos EUA e assinou acordo com aquele país para desenvolver sua primeira usina nuclear.

Digno de nota foi a visita conjunta a Washington, realizada pelo presidente Andrzej Duda e o primeiro-ministro Donald Tusk em março de 2024, no âmbito dos 25 anos de adesão da Polónia à OTAN, ocasião em que se encontraram com o presidente Joe Biden e com diversos interlocutores norte-americanos de alto nível. Tusk enfatizou na visita que, no que concerne à defesa e à segurança da Polónia e da Europa, seu governo, o presidente Duda e a oposição estariam unidos por enfoque comum. Tusk declarou que o propósito principal da visita foi o de obter dos EUA a garantia de que Washington viria ao socorro da Polónia em caso de um ataque ao país, com base no artigo 5º do Tratado da Aliança, a qual, segundo indicou, teria sido obtida.

Com relação à possível adesão da Ucrânia à Aliança Atlântica, o governo polonês afirmou que, embora apoie e seja favorável ao pleito ucraniano, não haveria, por ora, discussões para emissão de convite oficial de adesão a Kiev. Em entrevista sobre o tema, Sikorski afirmou que caso a Ucrânia fosse convidada já com garantias de segurança, isso equivaleria à entrada da OTAN no conflito, o que, em sua visão, não seria bem recebido pela opinião pública da maioria dos países da Organização, inclusive na Polónia.

Quanto ao tema do programa de compartilhamento nuclear da OTAN e eventual participação da Polónia, haja vista a existência de armas nucleares russas em Kaliningrado e Belarus, o chanceler Sikorski já se manifestou dizendo que tal estratégia não passaria de “ilusão”, por não acreditar ser possível “pedir poder emprestado” de ninguém. Segundo ele, a participação da Polónia no programa não lhe daria necessariamente controle sobre armas nucleares. No caso do uso dessas armas, defendeu que toda a Europa seria ainda dependente da garantia da proteção norte-americana.

Com a mudança de governo nos EUA, a natureza do relacionamento bilateral está sendo revisitada de lado a lado. O principal interesse estratégico da Polónia no seu relacionamento bilateral continua sendo a preservação da “proteção norte-americana”, tanto para o próprio país como para todo o flanco oriental da Europa. É real e efetivo o desafio de manter o mesmo engajamento dos Estados Unidos na defesa da Polónia e da Europa, haja vista todos os sinais emitidos pelo novo governo norte-americano de que a Europa necessitaria ocupar-se mais de sua própria segurança. A Polónia mantém-se contida no que tange a críticas ao governo Trump, o que exigirá que o país se equilibre entre

eventuais pressões norte-americanas e aquelas exercidas por seus parceiros na União Europeia, sobretudo no semestre em curso, no qual Varsóvia exerce a presidência rotativa do Conselho da UE.

Na área comercial, as relações dos EUA com a UE tendem a impor desafios adicionais ao relacionamento entre Varsóvia e Washington. Donald Tusk defende que a UE mantenha as melhores relações possíveis com os Estados Unidos, mas ao mesmo tempo sugere que o bloco se mantenha unido em uma resposta “clara, amigável, mas firme” contra as ameaças de Trump de imposição de tarifas adicionais sobre a importação de produtos europeus. O chanceler polonês Sikorski, recordou, a respeito, que os Estados Unidos exibem enorme superávit com a UE no comércio de serviços e os investimentos e que não deveria iniciar uma guerra comercial com seus parceiros europeus.

Com Donald Trump de volta à Casa Branca, o governo polonês tem agido de forma pragmática, portanto, a fim de evitar tensões desnecessárias com Washington e de buscar meios de até mesmo aprofundar seus “laços existenciais” com os Estados Unidos. O gabinete do presidente Andrzej Duda anunciou recentemente a intenção de convidar o presidente norte-americano para realizar visita oficial à Polônia este ano, aventada para ocorrer em abril próximo, quando da realização de reunião de cúpula da Iniciativa dos Três Mares em Varsóvia. O secretário de Estado Marco Rubio, por sua vez, foi convidado pelo chanceler Sikorski a ser o convidado de honra da Reunião dos Embaixadores Poloneses, realizada em Varsóvia em julho último.

- Relações com a Rússia e Belarus

A Rússia constitui para a Polônia, nas palavras do presidente Andrzej Duda, “uma vizinhança agressiva e temerária, cujas ações, a começar pela invasão da Ucrânia, devem ser enfrentadas com firmeza pela Polônia e por seus aliados”. A proximidade com o território russo – com o qual compartilha fronteira de 210 km de extensão junto ao exclave de Kaliningrado (renomeado internamente pelo governo polonês, em 2023, para “*Królewiec*”) – é tema de grande sensibilidade para o país. As relações russo-polonesas conheceram diversos momentos difíceis no período pós-1989, tendo sido marcadas por ciclos alternados de maior ou de menor tensão, condicionando uma interação já impactada por 45 anos de regime comunista subserviente a Moscou.

A anexação da Crimeia por forças russas, em fevereiro e março de 2014, levou a um endurecimento das posições polonesas contra a Rússia. O país tem suscitado a necessidade de maior presença da OTAN em seu flanco oriental, para o que tem instrumentalizado as relações estratégicas mantidas com os EUA, e de quem tem realizado importantes compras militares, além da instalação de nova base de mísseis em Redzikowo, nas cercanias do mar Báltico.

Em uma das diversas referências críticas à Rússia, potência que considerou ter como objetivo “a derrubada da ordem internacional que surgiu depois de 1989”, Sikorski afirmou que, por muitos anos, a Polônia buscou encorajar o país a modernizar-se e a democratizar-se, assumindo identidade cultural e política mais europeia. Ao ressaltar que a Rússia fez exatamente o contrário, Sikorski condenou as ações de Vladimir Putin e argumentou que suas ambições seriam prejudiciais ao seu próprio país. Ponderou, ainda, que os resultados alcançados por Putin com a invasão da Ucrânia foram o oposto do que o líder russo almejava: (i) a OTAN expandiu-se, acolhendo dois novos membros; (ii) o sentido de soberania e independência da Ucrânia reforçou-se, com a destruição dos últimos liames de afeição que ainda poderiam existir entre os dois países; e (iii) a Rússia tornou-se dependente política e economicamente da China.

Outro motivo de tensão entre Varsóvia e Moscou é o que este país considera como “guerra híbrida”, encetada via Belarus, “com o pleno aval de Moscou”, e consubstanciada em tentativas de utilização de imigrantes de países africanos, do Oriente Médio e da Ásia Central (que já somariam

dezenas de milhares), para, segundo a Chancelaria polonesa, “desestabilizar a Polônia e a União Europeia”. A Polônia acusa o regime de Aleksander Lukashenko de “tráfico humano”, por incentivar a viagem desses migrantes primeiro para Minsk para depois impeli-los na direção da fronteira belarussa com este país. Ao mesmo tempo, no entanto, a imprensa polonesa não cessa de recordar que, sob o novo governo de Tusk, as forças polonesas na fronteira teriam continuado a polêmica prática do governo anterior de forçar de volta para dentro da Belarus muitos dos que tentam entrar ilegalmente na Polônia, o que já foi objeto de condenação por grupos de defesa dos direitos humanos e pelas Nações Unidas, inclusive com violação de regras básicas de direitos humanos. A forma como o governo de Tusk tem lidado com a situação também tem sido criticada por membros de sua coalizão, a exemplo da eurodeputada Janina Ochojska, do Partido Popular Europeu. Recentemente, o governo anunciou a construção de sistema de fortificações ao longo dessa fronteira, no contexto de seu projeto “Escudo Leste”.

O governo polonês não poupa críticas a Belarus, responsabilizando Minsk pelo estado deteriorado das relações bilaterais e condenando sua subordinação aos ditames de Moscou. Segundo o chanceler Sikorski, “a progressiva vassalagem de Belarus à Rússia significa que esse país também deve ser visto em termos de ameaças à segurança polonesa. A crise política que já dura mais de três anos, as violações dos direitos humanos, a repressão sem precedentes, o apoio à agressão da Rússia contra a Ucrânia e a provocação da crise migratória, tudo isto representa uma séria ameaça para toda a região. Lamentamos a situação do país com o qual partilhamos séculos de história comum e fortes laços culturais. Particularmente preocupante é a situação da minoria nacional polonesa, que se tornou refém do regime. São as autoridades belarussas as únicas responsáveis pelo pior estado das relações bilaterais da nossa história”.

A deterioração das relações entre a Polônia e a Rússia, mas também com Belarus, se reflete, ainda, em seguidas expulsões de diplomatas de lado a lado, bem como no fechamento de representações consulares, como o consulado-geral da Rússia em Poznan (outubro/24) e o consulado-geral da Polônia em São Petersburgo (janeiro/25). A Polônia acusa a Rússia, ainda, de cometimento de atos de sabotagem em seu território, incluindo o envio de cargas explosivas por avião e a provocação de graves incêndios em diversas cidades polonesas, incluindo Varsóvia, Gdansk e Wroclaw. Russos, belarussos e até mesmo ucranianos e poloneses encontram-se presos na Polônia sob a acusação de agirem em nome dos serviços secretos russos no país.

- Relações com a Ucrânia

Desde o início do conflito no país vizinho, em 2022, a Polônia tem sido o parceiro mais ativo e cooperativo com a Ucrânia no enfrentamento à ameaça representada pela Federação Russa. Divergências históricas com a Ucrânia, muitas das quais resultantes da relação conturbada entre os dois países durante a Segunda Guerra Mundial, como os chamados “Massacres da Volínia”, foram deixadas provisoriamente de lado por Varsóvia para facilitar o apoio a Kiev no contexto da invasão russa.

No final do governo do PiS no segundo semestre de 2023, contudo, as relações bilaterais passaram por desafios. Para além de certa fadiga do povo polonês com a recepção de elevadíssimo número de refugiados ucranianos em seu território, divergências quanto à entrada de grãos ucranianos no mercado polonês ou quanto a seu trânsito pelo país criaram desentendimentos sérios entre Varsóvia e Kiev, especialmente após críticas veladas feitas pelo presidente ucraniano Volodymyr Zelensky à Polônia, durante sua participação nas reuniões da AGNU em 2023. O novo governo polonês deu sinais, logo de início, de querer resolver a questão com a brevidade possível e, apesar dos ruídos, o relacionamento bilateral deu sinais de melhoras com a ascensão de Tusk ao poder.

Em relação ao país vizinho, o presidente Duda explicitava a expectativa de que a Polônia viesse a desempenhar papel central no processo de reconstrução da Ucrânia, seja por razões geográficas, seja por ser hoje o maior parceiro econômico de Kiev. Para o esforço de reconstrução da Ucrânia, conclamou as empresas polonesas a participarem ativamente do processo, o que traria igualmente grandes ganhos econômicos para as mesmas e para a economia polonesa como um todo. Para tanto, criou no governo o cargo de Plenipotenciário para a Reconstrução da Ucrânia. Ademais, foi aberta em Varsóvia unidade de representação do Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS), com o fito de apoiar projetos para a reconstrução da Ucrânia no pós-guerra.

De todo modo, cabe notar que a percepção dos poloneses em relação aos ucranianos se vem deteriorando regularmente, provocando acentuada queda no apoio da sociedade civil aos refugiados da Ucrânia. Várias pesquisas realizadas no primeiro semestre de 2024 e mais recentemente demonstraram esse fato. Um dos principais motivos de descontentamento seria o “excesso de benefícios concedidos” e uma certa atitude percebida como de “exigência exagerada” da parte do governo ucraniano e dos próprios refugiados daquele país. Os poloneses vêm apontando nessas pesquisas a percepção nos refugiados ucranianos de uma “mentalidade oriental, de cultura soviética”, que se revelaria, por exemplo, na falta de cuidado com o bem público. Em pesquisa realizada em 2024, a maioria dos poloneses (52%) disse acreditar que as soluções adotadas pela legislação local não devem ser mantidas nas condições atuais e o escopo dos benefícios deve ser reduzido (95%). O único tema que manteria amplo apoio dos poloneses (82%) é o acesso à escola para as crianças da Ucrânia.

- Relação com os Países do Leste e do Norte da Europa

Em relação a seu entorno regional imediato, a Polônia vinha buscando exercer papel de liderança no chamado grupo de Visegrado (Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia), objetivo que ficou comprometido em decorrência das opiniões divergentes dos mandatários de dois desses países – a Hungria e a Eslováquia – em relação ao conflito ucraniano, dentre outros temas. Nesse contexto, seu relacionamento dentro do grupo de Visegrado (V4), que preside atualmente, tem perdido espaço para uma maior articulação com os países nórdicos e bálticos, que compõem o NB8, grupo do qual fazem parte Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia e Islândia, além de Lituânia, Letônia e Estônia.

Grupo de Visegrado

Após a invasão da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro de 2022, os países do V4 não alcançaram consenso no que tange às causas do conflito e à forma do apoio a ser fornecido a Kiev. Enquanto Polônia e República Tcheca apoiam a concessão de ajuda militar aos ucranianos, Eslováquia e Hungria preferem focar na ajuda humanitária. Além de não apoiarem a entrada da Ucrânia na OTAN, em contraste com a posição polonesa, Eslováquia e Hungria têm favorecido a realização de negociações de paz, ideia frequentemente rejeitada pela Polônia no entendimento de que isso poderia resultar em perdas territoriais para a Ucrânia.

Antecipando o tema central da presidência polonesa do V4, assumida em 01/07/2024, o chefe de governo polonês se expressou no sentido de que o grande teste para a cooperação entre os países do grupo seria sua articulação no âmbito da União Europeia em temas como a correção e revisão do “Green Deal” e a proteção dos mercados, da indústria e da agricultura dos países membros do Grupo de Visegrado. Para viabilizar os trabalhos no âmbito do V4, a Polônia tem evitado trazer o tema ucraniano para a agenda do mesmo.

Nesse contexto, ao assumir a presidência do V4 em julho passado, a Polônia adotou o lema: “V4: Back to Basics”, com o objetivo de promover o que considera serem os fundamentos da

cooperação do grupo, como liberdade, direitos humanos, Estado de Direito e o compromisso com o processo de integração europeia. O programa da presidência polonesa do V4 baseou-se em três pilares:

i) Segurança dos cidadãos: abrange desafios de segurança em várias dimensões, incluindo segurança interna, segurança cibernética, saúde e proteção civil, bem como cooperação policial, consular e judiciária;

ii) Conectividade: maior fortalecimento das conexões de infraestrutura energética, rodoviária e digital da região. Será dada atenção especial ao transporte, à segurança rodoviária e ao desenvolvimento de rotas de transporte. A presidência polonesa também se concentrará na segurança das matérias-primas dos países do V4; e

iii) "*Unleashing the Potential*": iniciativas que visem a impulsionar a cooperação, por meio de, entre outros temas, o apoio às regiões fronteiriças, a cooperação acadêmica, cultural e turística, a cooperação em políticas voltadas para os jovens, além de ações na área de política social e familiar. O Fundo Internacional de Visegrado desempenhará papel crucial nessa área, com atividades que promovem programas de subsídios e bolsas de estudo destinadas a aprofundar a cooperação entre cidadãos e organizações da sociedade civil. Essa prioridade também incluirá discussões sobre questões horizontais da União Europeia, como a política de coesão após 2027, a política agrícola, a silvicultura e as finanças do bloco.

A desgastada relação bilateral entre a Polônia e a Hungria, que se agravou desde a ascensão de Tusk ao poder em dezembro de 2023, piorou ainda mais em 2024, após o primeiro-ministro húngaro Viktor Orban ter acusado a Polônia de “hipocrisia” por suas críticas às relações comerciais mantidas pela Hungria com a Rússia, a despeito das sanções europeias impostas a Moscou desde a invasão da Ucrânia em 2022. Além de recordar que a Polônia adquiria petróleo russo por meio de intermediários, Orban acusou a Polônia de enfraquecer a cooperação no âmbito do Grupo de Visegrado e de buscar a criação de um novo eixo de cooperação na Europa, alternativo ao tradicional eixo Paris-Berlim, o qual incluiria, além de Varsóvia, Londres, Kiev e capitais bálticas e escandinavas.

Países Nórdicos e Bálticos

Nos dias 27 e 28 de novembro de 2024, o primeiro-ministro Donald Tusk participou, na condição de convidado de honra, da Cúpula do *Nordic-Baltic Eight* (NB8), grupo do qual fazem parte os países nórdicos e bálticos. Os países do NB8 e a Polônia compartilham interesses estratégicos relacionados à estabilidade no norte da Europa e ao fortalecimento de sua defesa coletiva diante da percepção comum face à ameaça russa. Enquanto Polônia, Finlândia e os países bálticos formam a linha de frente do flanco oriental da OTAN, os países nórdicos desempenham papel crucial no controle de corredores estratégicos, como o Mar do Norte e o Báltico.

Como parte da visita, Tusk manteve também encontros bilaterais com o primeiro-ministro norueguês Jonas Gahr Stør e com o primeiro-ministro sueco Ulf Kristersson. Com este último, elevou o patamar das relações bilaterais e assinou o Acordo da Parceria Estratégica entre a Polônia e a Suécia, instrumento emblemático da cooperação desejada pelo país com os países do NB8. A segurança das infraestruturas críticas dos países da região, especialmente as submarinas, tornou-se outra prioridade emergente para Varsóvia, sobretudo após a explosão dos oleodutos Nord Stream 1 e 2 e a sabotagem de cabos de transmissão de dados no Báltico e de gasodutos que ligam a Finlândia e a Estônia. Para o governo polonês, é essencial fortalecer a proteção dessas instalações no país, como o Gasoduto Báltico - que transporta cerca de 10 bmc/ano de gás natural do Mar do Norte via Dinamarca para a Polônia - e o terminal de GNL em Swinoujscie.

A Polônia também pretende desenvolver com os países do grupo novos projetos energéticos, incluindo usinas eólicas offshore, e estender, na esfera econômica, a cooperação nas áreas

da digitalização e da inovação tecnológica. Os países nórdicos contam com empresas líderes como Spotify, Klarna e Novo Nordisk, e estariam à frente da Polônia na integração entre tecnologia digital e indústria. Nesse sentido, a Polônia busca tornar-se polo regional no setor e atrair investimentos como a instalação de "hub de tecnologia" da *fintech* Klarna, cujo valor estimado de mercado atinge cerca de 40 bilhões de euros, localizada em cidade próxima a Varsóvia.

No plano global, os desafios da relação transatlântica reforçam a importância, para Varsóvia, de um maior alinhamento estratégico com os países do NB8. Esse reposicionamento reflete a percepção polonesa de que a coesão dentro da União Europeia e da OTAN é fundamental para enfrentar "ameaças comuns", como a "postura assertiva" da Rússia e os "desafios emergentes" no Ártico e no Mar Báltico. A cooperação polonesa-NB8, portanto, não apenas busca consolidar frente unida em relação à segurança, mas também visa a impulsionar iniciativas conjuntas em áreas como energia limpa, inovação tecnológica e resiliência econômica, promovendo modelo de "interdependência positiva" que se alinhe às suas prioridades estratégicas de longo prazo.

A articulação no marco do NB8 ofereceria alternativa "equilibrada" entre as ambições de autonomia europeia e a indispensabilidade da parceria transatlântica. Na visão de Varsóvia, a aproximação com os países nórdicos e bálticos, além de "natural", marcaria a "reorientação pragmática" de sua diplomacia regional. O realinhamento do país refletiria interesses estratégicos compartilhados com o grupo, ao mesmo tempo em que ofereceria alternativa ao Grupo de Visegrado.

- Relações com Israel e Palestina

As relações entre a Polônia e Israel nos últimos anos têm sido caracterizadas por dificuldades e irritantes pontuais, tanto no governo anterior do partido Lei e Justiça (PiS), quanto no atual governo do primeiro-ministro Donald Tusk. Tais dificuldades dizem respeito, principalmente, i) a discordâncias quanto ao papel da Polônia durante o Holocausto, questão que gerou nos últimos anos várias interrupções no intercâmbio de estudantes entre os dois países e pedidos de indenização por parte do governo israelense; ii) a episódios de antissemitismo na Polônia; iii) à atuação vocal e agressiva do embaixador israelense em Varsóvia, Yakov Livne, que acaba de retornar a Tel Aviv; e iv) ao reconhecimento pela Polônia, desde 1988, do Estado da Palestina.

Não obstante os irritantes bilaterais, o presidente Andrzej Duda e o então ministro dos Negócios Estrangeiros Zbigniew Rau, durante o governo do PiS, condenaram os ataques do Hamas contra civis em Israel em 07/10/23. O presidente polonês também manifestou preocupação com a pressão migratória que o conflito na Palestina poderia trazer para a Europa. As autoridades polonesas defenderam como prioridade a proteção dos civis de ambos os lados no conflito, bem como o acesso à ajuda humanitária por todas as pessoas afetadas. Ao mesmo tempo em que condenaram os atos terroristas cometidos pelo Hamas e defenderam a libertação de todos os reféns mantidos pela facção, o governo polonês do PiS manifestou sua opinião de que a resposta de Israel deveria ser conduzida em conformidade com o direito internacional. Rau reiterou apelo para que ambos os lados do conflito permitissem a evacuação segura de civis da Faixa de Gaza.

Desde a assunção do governo atual, em dezembro de 2023, a Polônia manteve, na essência, a mesma posição com relação ao conflito na região. Entretanto, ataque das Forças de Defesa de Israel (*Tzahal*) a comboio da ONG humanitária *World Central Kitchen* em Gaza, em 01/04/24, que vitimou um cidadão polonês, gerou indignação no país e motivou veementes pedidos do primeiro-ministro Tusk e do chanceler Sikorski por desculpas oficiais, investigações e esclarecimentos da parte das autoridades israelenses. A Polônia anunciou a realização de inquérito próprio, pelo Ministério Público polonês, classificando o incidente como caso criminal. Radosław Sikorski chegou a declarar que “a Polônia não concorda com a falta de cumprimento do direito humanitário internacional e da proteção

dos civis, incluindo os trabalhadores humanitários. Para a credibilidade das ações de Israel e o futuro da paz no Oriente Médio, é essencial que a atual ação militar em Gaza seja acompanhada por um processo político e pela apresentação de propostas ao povo palestino”.

O governo polonês condenou veementemente, por outro lado, os ataques aéreos contra Israel realizados pelo Irã em abril último. O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrzej Szejna, chegou a opinar que a Polônia deveria apoiar Israel de forma mais contundente contra o Irã. Segundo Szejna, o conflito entre os dois países não é diferente daquele entre a Ucrânia e a Rússia: “o ataque foi de caráter terrorista, tanto quanto o ataque da Rússia à Ucrânia”. Szejna argumentou que tal apoio se justificaria também por outros dois aspectos: i) a forma como Israel se defende, com o apoio dos Estados Unidos, permite à Polônia chegar a “conclusões sábias” em termos de estratégia de defesa; e ii) a proporção do ataque iraniano, com a utilização de centenas de drones e mísseis, foi duas vezes maior do que o ataque russo à Ucrânia no dia 24 de fevereiro de 2022. O vice-ministro observou, ainda, que o objetivo precípuo do Irã seria a destruição de Israel.

Em abril de 2024, Sikorski mais uma vez condenou o ataque perpetrado pelo Hamas e reafirmou o direito de defesa de Israel, além de ter recordado as vítimas do conflito e a manutenção de reféns pelo Hamas. Porém, lembrou também que a Polônia reconhece o Estado Palestino e questionou os objetivos de Tel Aviv: “gostaríamos de saber se Israel considera a possibilidade de coexistência com o Estado Palestino, reconhecido pela Polônia, e, se não, quais os planos que teria para os cinco milhões de palestinos cujas vidas controla”. Nesse sentido, em 10/05/24, a Polônia votou favoravelmente à resolução da AGNU a respeito da elegibilidade do Estado da Palestina para ingresso nas Nações Unidas como membro pleno. A posição polonesa gerou críticas do embaixador israelense em Varsóvia, cujas declarações foram novamente objeto de repúdio na Polônia. O chanceler polonês ainda esclareceu que o voto polonês na AGNU não fora contra Israel, mas, sim, a favor de uma solução de dois estados, em linha com a política do país, de mais de três décadas, de reconhecer a Palestina como um Estado.

Ainda sobre o conflito israelo-palestino, o chefe de gabinete do presidente Andrzej Duda, Marcin Mastalarek, lamentou em entrevista o fato de que, desde o ataque do Hamas a Israel em outubro passado, o foco da atenção norte-americana teria sido transferido da guerra na Ucrânia para o Oriente Médio: “No dia 7 de outubro, essa atenção se inverteu e infelizmente nossa região está perdendo. Estando em Washington e mantendo conversações, foi possível constatar que a questão principal para eles, também por causa das eleições americanas, é a Faixa de Gaza”.

- Relações com a China

Embora se trate de uma potência e de um parceiro econômico relevante para Polônia, os imperativos de segurança nacional ganharam peso prioritário no relacionamento de Varsóvia com Pequim devido à invasão da Ucrânia pela Rússia. Para o chanceler polonês, a Polônia espera que os parceiros chineses compreendam a “oposição polonesa à versão de colonialismo moderno de Vladimir Putin”. Sikorski ainda observou que a competição entre a China e os Estados Unidos, embora natural, deve ser pacífica, e disse que a Polônia não quer ter que escolher entre manter boas relações com um grande parceiro comercial, de um lado, e com um grande garantidor de sua segurança, de outro. Sobre as relações da UE com a China, defendeu pragmatismo: “Acreditamos que na sua interação com Pequim, a União Europeia deve seguir uma regra simples: cooperar quando possível, competir e confrontar quando necessário”.

A Polônia foi um dos primeiros países europeus a manifestar interesse em cooperar com a China no âmbito do Cinturão Econômico da Nova Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI. Dessa forma, aderiu ao projeto conhecido como “*Belt and Road Initiative*” (BRI) em 26 de

novembro de 2015, no grupo de países de alta renda, por meio de memorando de entendimento assinado durante visita feita a Pequim pelo presidente Andrzej Duda. O país também se tornou membro fundador do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura no mesmo ano e participou, em 2017, em nível de chefe de Governo, do primeiro fórum internacional da Iniciativa. Ainda em 2016, os presidentes Andrzej Duda e Xi Jinping assinaram declaração conjunta pela qual os dois países reiteraram o caráter de parceria estratégica das relações bilaterais e a importância da cooperação de ambos no contexto tanto do Plano Polonês para Desenvolvimento Responsável como no da BRI, com foco, entre outras áreas, em infraestrutura de logística e de comunicações, assim como em desenvolvimento de parques industriais.

Na ocasião, Duda expressou sua expectativa de que a Polônia viesse a se tornar para a China, em termos econômicos e por meio de projetos de investimento conjunto, uma porta de entrada para a Europa, especialmente a fim de desenvolver o setor portuário polonês. A Polônia é apenas um de quase duas dezenas de países da União Europeia que fazem parte da BRI, a qual estaria, portanto, em tese, alinhada com as prioridades de desenvolvimento polonesas e regionais, em que pesem as dificuldades práticas de implementação da Iniciativa.

Em visita oficial à China em fevereiro de 2022, por ocasião da abertura dos jogos olímpicos de inverno em Pequim, o Presidente Andrzej Duda recebeu de seu homólogo Xi Jinping a promessa de transformação da Polônia em plataforma logística de exportações e de investimentos daquela potência asiática para toda a Europa. Nota-se o pragmatismo de Varsóvia nas suas relações com Pequim, sem prejuízo das críticas por sua proximidade com Moscou. Como país que detém extenso território no “*New Eurasian Land Bridge Economic Corridor*”, um dos primeiros a aderir à BRI e uma das principais economias do arranjo de cooperação “16+1”, iniciado em 2011 entre a China e a Europa Central e Oriental, a Polónia alimentou, sem prejuízo de considerações pragmáticas, grandes expectativas quanto à recepção de investimentos diretos chineses e ao progresso de suas trocas comerciais com aquele país, estruturalmente deficitárias e desequilibradas em termos de valor agregado. Os inúmeros instrumentos de cooperação assinados desde então ainda não se traduziram, entretanto, em muitos resultados concretos, condizentes com aquelas expectativas, mesmo quando se considera a dificuldade de identificar relações diretas entre determinados projetos de infraestrutura na Polónia e a BRI.

- Relações com a Coreia do Sul

A Polónia mantém relações cada vez mais próximas com a Coreia do Sul, caracterizadas por intenso intercâmbio comercial e estreita cooperação na área económica, mas muito especialmente nos setores de defesa e de segurança.

Em julho de 2023, o então presidente sul-coreano Yoon Suk Yeol, acompanhado de delegação empresarial de 90 pessoas, realizou visita oficial de três dias à Polónia. Na oportunidade, o primeiro-ministro Mateusz Morawiecki agradeceu as primeiras entregas de tanques K2, obuses K9 e aeronaves FA-50 comprados por Varsóvia e avaliou que “os investimentos sul-coreanos geram fluxo de tecnologias avançadas e inovações que criam empregos bem remunerados para mulheres e homens poloneses”. Ainda no contexto da mesma visita, as autoridades polonesas agradeceram a disposição da Coreia do Sul de participar da reconstrução da Ucrânia, especialmente no que tange ao restabelecimento das infraestruturas de transporte. Os dois países assinaram acordos sobre a reconstrução da Ucrânia, a descarbonização da indústria química e o fortalecimento da cooperação económica e militar bilateral.

Em setembro de 2023, o então primeiro-ministro Mateusz Morawiecki recebeu visita oficial do seu homólogo coreano, Han Duck-soo, na 23ª Base Aérea Tática em Minsk Mazowiecki, no

centro-leste da Polônia. Os chefes de governo examinaram os aviões coreanos FA-50, que a Força Aérea Polonesa adquirira recentemente, e trataram da cooperação bilateral em economia e defesa. Durante o encontro, Morawiecki defendeu que os dois países tinham muito em comum, particularmente a experiência de “viverem à sombra de um vizinho poderoso”, em referência direta à Rússia: “A Rússia é nossa vizinha. O que ela está fazendo hoje com a Ucrânia e a forma como está piorando as condições de segurança no Extremo Oriente significa que partilhamos os mesmos pensamentos, preocupações e esperanças para o futuro. Estamos unidos pela defesa da civilização e da paz. Temos cada vez mais projetos comuns econômicos e de defesa”. Morawiecki e Han discutiram na ocasião a transferência da produção de armas sul-coreanas para a Polônia, bem como a participação de Seul no desenvolvimento do setor de energia nuclear polonês.

Já no atual governo Tusk, o Ministério da Defesa Nacional da Polônia divulgou ter assinado com a Coreia do Sul, em 25/04/2024, o segundo contrato executivo para o fornecimento de 72 módulos lançadores de foguetes K239 Chunmoo, além de mísseis táticos guiados, com alcance de até 290km. A assinatura do contrato, no valor de USD 1,6 bilhão, ocorreu durante visita de delegação da pasta a Seul, chefiada pelo secretário-de-Estado Pawel Bejda. No final de 2022, ainda no governo anterior do partido Lei e Justiça (PiS), a Polônia já havia comprado 218 lançadores da empresa sul-coreana Hanwha Aerospace. A notícia foi repercutida pela imprensa polonesa, que divulgou declaração do CEO da Hanwha Aerospace, Jaeil Son, de que o acordo representava a dedicação da empresa ao reforço da segurança da Polônia e de região, independentemente das mudanças políticas e sociais: “A Hanwha Aerospace orgulha-se do seu empenho contínuo em fornecer soluções de dissuasão para regiões com demandas urgentes”.

- Relações com o “Sul Global”

Em que pese a inegável prioridade conferida ao eixo euro-atlântico, a política externa polonesa tem buscado revalorizar as relações com as potências emergentes, notadamente na área econômico-comercial. O presidente Andrzej Duda afirmou, em janeiro de 2024, estar empenhado em aprofundar as relações da Polônia com os países do chamado “Sul Global”. Em suas declarações, atenção especial foi conferida ao continente africano, tendo o presidente polonês qualificado os países da África de “parceiros de negócios previsíveis e atrativos”. O crescimento do interesse polonês na África deu-se concomitantemente com o agravamento da crise energética na Europa, quando os dirigentes europeus afluíram ao continente africano em busca de novos fornecedores de petróleo e gás.

Adicionalmente, o presidente polonês mencionou o interesse de seu país em aprofundar a cooperação com os países do Golfo Pérsico e do Oriente Médio, assim como com grandes nações asiáticas como a China, a Índia, o Japão, com os países do Sudeste Asiático e, notadamente, com a Coreia do Sul. Em relação à América Latina, que até a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 figurava no discurso oficial como uma meta relevante no projeto de expansão das relações externas do país, o presidente Duda, em seu discurso de janeiro de 2024, limitou-se a mencionar que vislumbra grande potencial de cooperação, política e econômica, com os países da região.

Em 07/03/24, foi realizado encontro do ministro dos Negócios Estrangeiros polonês, Radoslaw Sikorski, com os embaixadores dos países da América Latina e do Caribe (GRULAC) em Varsóvia. Sikorski descreveu a Polónia e a América Latina como “regiões distantes, mas que se veem com simpatia”, caracterizadas por experiências históricas comuns, inclusive o fato de terem sofrido “invasões coloniais”.

Em abril de 2024, o chanceler Sikorski comentou sobre a importância do envolvimento polonês em temas de interesse global, como forma de garantir maior segurança para o país. Anunciou, nesse sentido, que em 2024 a Polónia pretendia dispendir cerca de PLN 600 milhões (cerca de USD

150 milhões) em ajuda ao desenvolvimento (em 2023, foram gastos cerca de PLN 450 milhões). Afirmou que o governo daria impulso às políticas polonesas de apoio à democracia, de compartilhamento de experiências no campo da transformação política e de combate ao populismo. Entre os desafios globais de maior interesse estratégico para o país, Sikorski citou a migração ilegal, afirmando ser prioridade para a Polônia assegurar o controle de suas fronteiras, assegurando, porém, que o faria de maneira ética e humanitária. Argumentou, ainda, que “quando legal e controlada, a migração pode ser benéfica tanto para os migrantes como para os países de acolhimento. Ainda assim, o direito à migração não é um direito humano e deve estar sujeito a restrições. E os países têm o direito de regulamentar quem pode permanecer no seu território”.

Sikorski também tem alertado para a propaganda russa de desinformação junto aos países do “Sul Global”. Ao observar que o “Sul Global” precisa reagir à propaganda e ao imperialismo russos, argumentou que o apoio do Ocidente à Ucrânia não é, como Moscou tencionaria fazer parecer, uma disputa entre Ocidente e Oriente, chegando a ilustrar essa perspectiva citando o Japão, a Austrália e a Nova Zelândia como aliados do Ocidente.

Vale ressaltar que Sikorski tem dado declarações sobre as expectativas dos países do “Sul Global” em relação à reforma das instituições internacionais de governança, em especial com relação a sua representatividade. Para ele, “os países do Sul Global têm razão em pensar que instituições internacionais sérias se tornaram pouco representativas e disfuncionais ao longo das décadas. É impossível explicar razoavelmente por que razão os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU não incluem países da América Latina ou o país mais populoso, a Índia”.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Polônia é uma economia de alta renda, diversificada e fortemente integrada ao mercado europeu, tendo-se beneficiado amplamente de sua adesão à União Europeia em 2004. Desde então, o país tem experimentado crescimento significativo do PIB, impulsionado pelo aumento do comércio e dos investimentos estrangeiros, bem como pelo recebimento de fundos estruturais da UE. Estima-se que o país se tenha beneficiado da posição de receptor líquido de fundos europeus da ordem de EUR 238 bilhões desde sua adesão à UE. O dinamismo econômico polonês resultou em um forte processo de convergência com os países mais ricos do bloco europeu, permitindo ao país modernizar sua infraestrutura, fortalecer sua indústria e ampliar sua participação em cadeias globais de valor. O PIB per capita do país, por paridade de poder de compra, tem-se aproximado daquele dos seus pares ocidentais (US\$ 46.410, em 2023 / PIB per capita nominal de US\$ 22.000).

A economia polonesa tem apresentado trajetória de crescimento sustentado desde os anos 1990, a partir de seu processo de transição para uma economia de mercado, expandindo-se, desde então, à taxa média de 4% ao ano. O crescimento econômico do país tem sido amparado por uma base produtiva diversificada, com destaque para os setores industrial, de serviços e agrícola. O setor industrial representa aproximadamente 27% do PIB e inclui a produção de automóveis, produtos químicos, máquinas e equipamentos eletrônicos, consolidando o país como um importante centro manufatureiro na Europa. O setor de serviços, que responde por 58% do PIB, tem registrado forte expansão, especialmente nas áreas de tecnologia da informação, comércio e serviços financeiros. A Polônia se tornou um destino estratégico para centros de serviços compartilhados e outsourcing de processos empresariais, atraindo investimentos de grandes corporações multinacionais. Já a agricultura, que representa cerca de 3,5% do PIB, mantém uma posição relevante no comércio internacional, com destaque para a produção e exportação de trigo, batatas, carne suína e laticínios.

Nos últimos anos, a economia polonesa tem sido impulsionada pelo consumo interno e pelo investimento público e privado. Em 2024, o PIB do país cresceu 2,9%, sinalizando uma recuperação após a desaceleração causada pelo impacto da inflação e da crise energética global. Para 2025, as projeções do Banco Central da Polônia e da Comissão Europeia apontam para uma expansão de 3,1% a 3,5%, refletindo melhora no poder de compra das famílias e aumento nos investimentos em infraestrutura e inovação. A renda per capita nominal polonesa alcançou aproximadamente US\$ 22.000 em 2023, evidenciando a trajetória de convergência do país com as economias mais avançadas da União Europeia. No entanto, desafios persistem, como a necessidade de modernizar o setor produtivo, lidar com o envelhecimento da população e garantir a sustentabilidade das finanças públicas em um contexto de maior demanda por investimentos sociais e militares.

O mercado de trabalho polonês tem apresentado elevada resiliência, com uma taxa de desemprego historicamente baixa, uma das menores da União Europeia. Contudo, a escassez de mão de obra tem-se tornado um problema crescente, resultado do declínio acelerado da população em idade ativa, no que configura já há muitos anos uma grave crise demográfica. O déficit de trabalhadores tem sido parcialmente mitigado pela imigração, especialmente de cidadãos ucranianos, mas os operadores econômicos enfrentam hoje a tendência ao recrudescimento das leis e políticas migratórias defendido pelo governo polonês.

A inflação tem sido um dos principais desafios da economia polonesa nos últimos anos. Em 2022 e 2023, os preços subiram de forma acelerada, atingindo um pico de 15,9% ao ano, devido sobretudo ao aumento dos custos de energia e alimentos, reflexo da crise geopolítica global e das interrupções nas cadeias de suprimentos. Em 2024, a inflação desacelerou para 5,8%, e a expectativa para 2025 é de que se reduza para cerca de 4%, aproximando-se da meta estabelecida pelo Banco Central da Polônia. A política monetária tem sido ajustada para conter os efeitos inflacionários, com a taxa básica de juros atualmente em 5,75%. A estabilidade de preços depende, entretanto, da

normalização dos custos energéticos e da recuperação do equilíbrio entre oferta e demanda no mercado interno.

A política fiscal polonesa enfrenta desafios, apesar de a dívida pública do país permanecer em níveis relativamente controlados, em torno de 50% do PIB. O aumento dos gastos com defesa, impulsionado pelo cenário de insegurança na Europa do Leste, somado às reformas no sistema tributário, tem elevado o déficit orçamentário. O governo tem buscado, entretanto, equilibrar a necessidade de investimentos em áreas estratégicas com a responsabilidade fiscal. O FMI e a OCDE recomendam ajustes fiscais para garantir a sustentabilidade das contas públicas a longo prazo, incluindo a revisão dos benefícios sociais universais, maior eficiência nos gastos públicos e possíveis elevações nos impostos sobre renda, propriedade e consumo. Reformas estruturais na previdência também são apontadas como essenciais, incluindo a harmonização da idade de aposentadoria entre homens e mulheres e ajustes no sistema previdenciário para acompanhar a evolução demográfica.

No que tange às perspectivas para 2025 e 2026, caberá verificar o quanto a economia polonesa será afetada pela situação econômica na zona do euro no corrente ano, em particular quanto à Alemanha. Sua eventual estagnação em 2025 - especialmente em eventual cenário de altas tarifas impostas pelos EUA sobre importações da UE - poderia impactar o crescimento do PIB polonês. De outra parte, o crescimento do PIB com base no consumo e em investimentos financiados por fundos europeus poderá ser um fator positivo para o crescimento da economia polonesa nos próximos anos.

- Comércio exterior global da Polônia

O comércio exterior é um dos pilares da economia polonesa e sua estrutura é fortemente integrada às cadeias produtivas europeias e globais. A Alemanha é o principal parceiro comercial da Polônia, absorvendo aproximadamente 28% das exportações do país. Outros mercados relevantes incluem França, Itália, Reino Unido, China e Estados Unidos. Entre os principais produtos exportados estão automóveis, eletrônicos, máquinas industriais, produtos químicos e alimentos processados. As importações, por sua vez, são dominadas por petróleo, gás natural, semicondutores e equipamentos industriais. O saldo da balança comercial tem-se mantido positivo na maior parte dos últimos anos, refletindo a competitividade da indústria polonesa no cenário internacional.

Em 2024, a Polônia registrou um pequeno superávit comercial após forte expansão no ano anterior, porém bem menor que em 2023. As exportações polonesas somaram PLN 1,512 trilhões (cerca de USD 380,7 bilhões) e as importações PLN 1,509 trilhões (cerca de USD 380 bilhões). Assim, a corrente de comércio em 2024 teria alcançado cerca de PLN 3,02 trilhões (cerca de USD 760,7), registrado uma queda de cerca de 5% em relação a 2023. O saldo comercial de 2024 encerrou positivo em PLN 3,0 bilhões (cerca de USD 700 milhões), um superávit modesto se comparado ao de PLN 45,1 bilhões (cerca de USD 11,3 bilhões) obtido em 2023. A redução do saldo deve-se à diminuição tanto das exportações (6,3%) como das importações (3,8%) na comparação anual.

A Alemanha manteve-se como o maior parceiro comercial da Polônia em 2024, embora com leve perda de participação. O mercado alemão respondeu por cerca de 27% das exportações polonesas e foi origem de aproximadamente 19% das importações. As exportações para a Alemanha somaram PLN 409 bilhões (cerca de USD 103 bilhões) em 2024, bem acima dos demais destinos, enquanto as importações provenientes da Alemanha totalizaram PLN 290 bilhões (cerca de USD 73 bilhões). Outros parceiros de destaque foram China, França e República Tcheca como maiores destinos das exportações polonesas, cada um responsável por volume de comércio de cerca de PLN 92 bilhões (cerca de 6% das exportações). Do lado das importações, após a Alemanha, a China foi o segundo principal fornecedor – enviou para a Polônia cerca de PLN 219 bilhões (cerca de USD 55,1 bilhões) em 2024 – e os Estados Unidos ocuparam a terceira posição, com PLN 76 bilhões (cerca de USD 19,1

bilhões) em vendas ao mercado polonês. Itália e República Tcheca também figuraram entre os cinco principais parceiros comerciais, cada uma com fluxos bilaterais da ordem de PLN 130–140 bilhões (exportações polonesas de PLN 69 bilhões para a Itália e importações de PLN 71 bilhões; no caso tcheco, PLN 92 bilhões exportados e PLN 49 bilhões importados). Comparativamente a 2023, a Alemanha ainda domina as trocas comerciais da Polônia, mas sua fatia recuou ligeiramente, enquanto a China ampliou sua parcela nas importações polonesas (de 13,9% para 14,5%), tendo os EUA ganhado igualmente relevância como fornecedor.

A pauta exportadora polonesa em 2024 continuou concentrada em bens manufaturados de alto valor agregado. As máquinas e equipamentos (incluindo computadores) foram o principal grupo, representando cerca de 13,1% do valor total exportado. Em seguida, vieram equipamentos elétricos e eletrônicos (cerca de 13% das exportações). O setor automotivo também teve grande peso: veículos automóveis e autopeças responderam por cerca de 10,8% do total exportado. Produtos de média-alta complexidade e de consumo durável completam a lista dos cinco principais produtos vendidos: móveis e artigos de mobiliário (incluindo colchões, luminárias e construções pré-fabricadas, 4,7% das exportações) e plásticos e suas obras (4,6% do total). Esses cinco grupos combinados corresponderam a quase metade das exportações polonesas em valor. Vale notar que, no ano anterior (2023), móveis e produtos correlatos destacaram-se pelo forte crescimento (+47% ante 2022), embora em 2024 o desempenho geral das exportações tenha arrefecido. Ainda assim, o perfil das vendas polonesas confirma a diversificação industrial da Polônia: além dos segmentos mencionados, o país exporta combustíveis refinados, artigos de metal, produtos agroalimentares (como carnes e grãos) e equipamentos de precisão.

A estrutura das importações polonesas é similarmente dominada por bens e insumos industriais. Em 2024, o grupo de equipamentos elétricos e eletrônicos liderou as compras externas, respondendo por cerca de 12,4% das importações (cerca de US\$ 46 bilhões em 2023). Logo em seguida vieram as máquinas e aparelhos mecânicos, incluindo computadores (12,2% do total importado). Os veículos automotores (automóveis, caminhões e suas partes) constituíram o terceiro maior item de importação, com cerca de 9,7% de participação, refletindo tanto a demanda interna por veículos quanto a integração da Polônia em cadeias automotivas europeias. Os combustíveis minerais (petróleo bruto, gás natural e derivados) representaram aproximadamente 9% das importações – uma parcela ainda significativa, embora inferior à de anos de pico do custo de energia provocados pelo conflito na Ucrânia. Por fim, os plásticos e suas obras foram responsáveis por cerca de 5% das importações. Nos últimos anos, a composição setorial das importações permaneceu estável, atendendo às necessidades industriais e de consumo do país.

A China permanece um caso notável no comércio exterior polonês, caracterizado por um expressivo déficit comercial. Em 2024, a China consolidou-se como segundo maior parceiro comercial individual da Polônia em termos de volume, atrás apenas da Alemanha, porém essa relação é desequilibrada em favor da China. As importações polonesas originárias da China atingiram cerca de PLN 219 bilhões (cerca de USD 55,1 bilhões), abrangendo principalmente produtos eletrônicos, máquinas e bens de consumo. Por outro lado, as exportações da Polônia para o mercado chinês foram mínimas – apenas uma fração desse montante, concentradas em itens como equipamentos eletrônicos, cobre, máquinas e produtos agrícolas. O resultado foi um déficit comercial expressivo com a China (estimado em cerca de PLN 215 bilhões, ou seja, USD 54,1 bilhões). Em 2023, já havia sido registrado desequilíbrio similar – para uma corrente bilateral de aproximadamente USD 42 bilhões, a Polônia exportou apenas cerca de USD 3 bilhões e importou mais de USD 39 bilhões da China, confirmando a tendência de manutenção de déficit: a Polônia continua dependente de produtos chineses (especialmente eletrônicos, maquinários e têxteis), ao passo que enfrenta dificuldades para ampliar significativamente suas exportações para o país asiático, apesar dos esforços diplomáticos empreendidos para melhorar o acesso de produtos poloneses (como alimentos) ao mercado chinês.

- Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)

Em 2023, a Polônia consolidou-se como destino atrativo de investimentos estrangeiros diretos (IED), registrando estoque total de aproximadamente USD 22 bilhões e fluxos anuais de cerca de USD 5 bilhões, números que evidenciam o interesse internacional no país. Entre os principais investidores estrangeiros, a Alemanha destaca-se com uma participação de aproximadamente 35% do total, cerca de USD 1,75 bilhão dos fluxos anuais, reforçando os laços comerciais e a integração econômica entre os dois países. Em seguida, os Países Baixos contribuem com cerca de 15% – aproximadamente USD 750 milhões anuais de fluxos –, concentrando investimentos nos setores de logística e serviços financeiros. Os Estados Unidos representam cerca de 12% do IED, correspondendo a aproximadamente USD 600 milhões. A França investe em torno de 10% do total, cerca de USD 500 milhões, com foco em energia, infraestrutura e setores industriais, enquanto a República Tcheca, com cerca de 8%, investe aproximadamente USD 400 milhões anuais, confirmando a importância da integração regional. Os cinco países juntos perfazem, em média, 80% dos fluxos anuais de IED para a Polônia.

Paralelamente, as empresas polonesas têm intensificado seus investimentos no exterior. Em 2023, o estoque de investimentos externos (IED) polonês foi estimado em torno de USD 10 bilhões, com fluxos anuais de aproximadamente USD 2,5 bilhões, sinal da crescente internacionalização das empresas locais, que buscam diversificar seus mercados e integrar suas cadeias de valor no plano global. Entre os destinos preferenciais desses investimentos, a Alemanha aparece como o principal receptor, absorvendo cerca de 25% do total – aproximadamente USD 625 milhões dos fluxos anuais –, seguida pelo Reino Unido, com cerca de 20% (ou USD 500 milhões), sobretudo nos setores de serviços e tecnologia. Os Estados Unidos recebem cerca de 18% dos fluxos de investimentos poloneses, aproximadamente USD 450 milhões, destacando-se as oportunidades nos setores industrial e tecnológico, enquanto a Lituânia, com cerca de 15%, absorve aproximadamente USD 375 milhões, beneficiando-se da proximidade com os mercados da Europa Oriental. Por fim, a República Tcheca registra participação de cerca de 10%, correspondendo a aproximadamente USD 250 milhões. A Polônia direciona para esses cinco países, em média, 88% de seus fluxos anuais de IED.

Quanto à alocação dos investimentos estrangeiros recebidos, os dados de 2023 indicam que cerca de 30% do IED é destinado à indústria manufatureira, representando aproximadamente USD 1,5 bilhão dos fluxos anuais, com ênfase no setor de máquinas, equipamentos e autopeças. O setor de tecnologia e inovação absorve cerca de 20% dos investimentos – aproximadamente USD 1 bilhão –, impulsionando empresas de TI, *startups* e centros de pesquisa locais. Os projetos de infraestrutura e energia, incluindo iniciativas em fontes renováveis, somam cerca de 18% (aproximadamente USD 900 milhões) e o setor financeiro é responsável por cerca de 15% dos investimentos no exterior, aproximadamente USD 750 milhões. Por fim, os serviços e a logística respondem por cerca de 17% dos investimentos, aproximadamente USD 850 milhões, no âmbito sobretudo do desenvolvimento das cadeias de suprimentos europeias e no setor de transporte.

Os dados de 2023 demonstram que a Polônia se firmou como importante polo de atração de IED, com fluxos de capital estrangeiro que impulsionam a modernização de seus setores industriais, tecnológicos e financeiros. Ao mesmo tempo, a internacionalização das empresas polonesas – com investimentos que se direcionam preferencialmente para a Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Lituânia e República Tcheca – evidencia a estratégia de diversificação e expansão, consolidando a posição da Polônia como um destacado centro econômico na Europa Central e importante ator da economia mundial.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

séc. VIII AD	A tribo eslava dos polonos se estabelece no atual território da Polônia
c. 960	Início do reinado de Mieszko I, da Dinastia Piat
966	Conversão de Mieszko ao Rito Latino do Cristianismo, marco fundacional da Nação polonesa
966-990	Expansão do reino de Mieszko até os limites do Rio Oder
1025	Primogênito de Mieszko, Bolesław I é coroado o primeiro rei da Polônia
ca.1220	Chegada dos primeiros imigrantes alemães
1241-1287	Invasões mongóis
1314	Polônia é dividida em cinco principados
1327-1332	Guerra contra a Ordem dos Cavaleiros Teutônicos
1386	Formada a União Polaco-Lituana
1505	Lei <i>Nihil novi</i> transfere para o Parlamento várias prerrogativas legislativas do monarca
1569	União de Lublin estabelece a <i>Commonwealth</i> Polaco-Lituana
1600	<i>Commonwealth</i> propõe união com a Rússia
1620	Guerra contra o Império Otomano
1621	Guerra contra a Suécia
1632	Guerra contra a Rússia
1648	Invasão sueca
1764	Catarina II da Rússia impõe Stanislaw August Poniatowski como rei da <i>Commonwealth</i>
1772	Primeira partição da Polônia, entre Rússia, Prússia e Áustria Hungria
1791	Promulgação da Constituição: reconhecimento do estado de direito
1792	Invasão russa
1793	Segunda partição da Polônia
1794	Capitulação de Varsóvia, invadida por Rússia e Prússia
1795	Terceira partição da Polônia, que deixa de existir como entidade soberana
1807	Estabelecimento do Ducado de Varsóvia por Napoleão Bonaparte
1815	Congresso de Viena estabelece o Reino da Polônia, em união pessoal com o Império Russo
1830	Levante de Novembro, de cunho nacionalista, sufocado pela Rússia
1848	Grande Levante Polonês

1863	Levante de Janeiro
1905	Revolução de 1905
1914	I Guerra Mundial; poloneses circunscritos nos exércitos de Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia
1915	Varsóvia é capturada pela Alemanha
1917	Fundação do Comitê Nacional Polonês, em apoio à Tríplice Entente
1918	Aliados endossam proposta de Woodrow Wilson de criar a República Polonesa
1919	Conferência de Versalhes reestabelece a Polônia como Estado soberano
1919-1921	Guerra Russo-Polonesa
1920	Guerra Polaco-Lituana
1921-1926	Segunda República
1926	Józef Piłsudski comanda golpe militar contra o Governo democrático; início do Regime de Salvação
1935	Morte de Piłsudski e início do Regime dos Coronéis
1939	Polônia rejeita as demandas territoriais da Alemanha nazista; celebração de alianças com o Reino Unido e a França. Invasão da Polônia pela Alemanha nazista
1941	Ocupação total da Polônia pela Alemanha nazista; formação do Governo no exílio
1943	Levante do Gueto de Varsóvia
1944	Exército Vermelho e Exército Popular da Polônia entram em território polonês; Levante de Varsóvia tenta estabelecer governo democrático independente da URSS, antes das chegadas das tropas do Exército Vermelho a Varsóvia
1945	Estimativas indicam em 5 milhões o número de poloneses mortos na II Guerra Mundial. A Conferência de Potsdam redesenha o mapa da Polônia e desloca o país para oeste. Fundação da República Popular da Polônia.
1947	Eleições controladas dão ao Partido dos Trabalhadores Unidos vitória expressiva.
1947-1949	Primeiro plano trienal e rejeição ao Plano Marshall.
1968	Exército polonês participa da Invasão da Tchecoslováquia
1970	Normalização das relações com a Alemanha Ocidental; Levante de Gdańsk, Gdynia e Szczecin
1976	Estabelecimento do Comitê de Defesa dos Trabalhadores
1978	Karol Wojtyła, Arcebispo de Cracóvia, é eleito Papa João Paulo II.
1980	Greves gerais em Lublin e Gdańsk; fundação do sindicato “Solidariedade”

1981	URSS nomeia o ministro da Defesa da Polônia, Wojciech Jaruzelski, primeiro-ministro e primeiro-secretário do Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos. Decretada lei marcial
1986	Anistia geral
1988	Início de negociações entre o Governo e o Solidarnosc
1989	Realização das primeiras eleições legislativas parcialmente livres. Tadeusz Mazowiecki, jornalista e membro do Solidarnosc, é incumbido pelo presidente da República para formação de novo governo
1990	Dissolução do Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos. Eleição de Lech Wałęsa à Presidência da República
1993	Saída das últimas tropas russas da Polônia
1997	Adoção da nova Constituição
1999	Ingresso da Polônia na OTAN
2004	Ingresso da Polônia na União Europeia.
2007	Partido Plataforma Cívica (PO) vence as eleições legislativas. Donald Tusk é nomeado primeiro-ministro
2010	Acidente aéreo de Smolensk vitima cúpula governamental polonesa, incluindo o Presidente Lech Kaczyński
2014	Donald Tusk é eleito presidente do Conselho Europeu. Ewa Kopacz (PO) assume como primeira-ministra
2015	Vitórias eleitorais do partido Lei e Justiça (PiS): eleição de Andrzej Duda para presidente da República (maio) e vitória nas eleições legislativas (outubro). Beata Szydło é nomeada primeira-ministra
2017	Mateusz Morawiecki (PiS) é nomeado primeiro-ministro (dezembro).
2020	Andrzej Duda é mantido na Presidência da República (agosto), após apertada vitória eleitoral (51,03% x 48,97% dos votos) contra o adversário Rafał Trzaskowski, prefeito de Varsóvia e representante da oposição "Plataforma Cívica".
2023	Donald Tusk (PO) é nomeado primeiro-ministro e Radosław Sikorski assume como seu ministro dos Negócios Estrangeiros (dezembro).
2025	Karol Nawrocki (PiS) é eleito o novo Presidente da República da Polónia, tendo tomado posse em 6 de agosto. O chanceler Radoslaw Sikorski é elevado ao cargo cumulativo de Vice-Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1830	Em espetáculo em prol dos participantes do levante polonês de 1830, em Paris, D. Pedro I defende a restauração da nação polonesa
1869	Primeira leva de imigrantes poloneses chega ao Brasil, iniciando ciclo migratório que ficou conhecido como “o voo da águia”.
1907	Ruy Barbosa defende na Conferência de Paz em Haia a restauração do Estado polonês
1918	Brasil reconhece a independência da Polônia (17/8)
1920	Primeiro enviado polonês ao Brasil, Ksawery Orłowski, entrega credenciais ao presidente Epitácio Pessoa (27/5)
1921	Primeiro enviado brasileiro, Rinaldo de Lima e Silva, entrega credenciais ao presidente Józef Piłsudski (3 de junho)
1922	Presidente Epitácio Pessoa é condecorado com a “Ordem da Águia Branca”
1927	Assinado Acordo de Imigração; 41 mil poloneses chegariam ao Brasil entre 1919-1939
1929	Criada no Rio de Janeiro a Associação Polono-Brasileira Cultural e Econômica; criada em Varsóvia a Associação Polono-Brasileira Ruy Barbosa; assinado Acordo Alfandegário
1934	Visita ao Brasil do presidente do Senado polonês, Władysław Raczkiewicz; visita à Polônia de missão militar comandada pelo General Leite de Castro
1935	Presidente Getúlio Vargas condecorado com a “Ordem da Águia Branca”
1939	Legação polonesa no Rio de Janeiro estabelece Comitê de Ajuda às Vítimas da Guerra
1940	Atraca no Brasil o navio “Angola”, com poloneses refugiados de guerra; início do recrutamento de cidadãos poloneses no Brasil para atuar nos campos de batalha na Europa
1945	Governo brasileiro retira seu apoio ao governo polonês no exílio e passa a apoiar o governo temporário de União Nacional em Varsóvia
1946	Legação polonesa retoma suas atividades no Rio de Janeiro
1947	Reaberta Legação brasileira em Varsóvia
1961	Representações diplomáticas elevadas ao nível de Embaixadas; visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da Polónia, Adam Rapacki
1962	Visita à Polónia do ministro das Relações Exteriores Santiago Dantas; visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior Witold Trampeczyński
Década de 1970	Intensificação das relações comerciais, mediante a concessão de créditos brasileiros ao governo polonês; intercâmbio comercial alcança a marca de US\$ 700 milhões/ano; endividamento da Polónia com o Brasil

1985	Encontro entre o presidente José Sarney e o primeiro-secretário do Partido Operário Unificado da Polônia, Wojciech Jaruzelski, em Nova York
1991	Visita ao Brasil do presidente do Senado Andrzej Stelmachowski; visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Polônia, Krzysztof Skubiszewski
1992	Reestruturação da dívida polonesa com o Brasil
1995	Visita ao Brasil do presidente Lech Wałęsa
2000	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Jerzy Buzek e do presidente do Senado, Maciej Plazynski
2002	Visita à Polônia do presidente Fernando Henrique Cardoso e visita ao Brasil do presidente Aleksander Kwaśniewski
2003	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Włodzimierz Cimoszewicz
2007	Encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Lech Kaczyński em Nova York; visita ao Brasil do presidente do Senado, Bogdan Borusewicz; inauguração em Varsóvia do Centro Comercial da Apex-Brasil
2008	Encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro Donald Tusk, em Lima
2010	Visita à Polônia do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim
2010	Visita à Polônia do ministro da Defesa Nelson Azevedo Jobim.
2012	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Radosław Sikorski
2013	Visita a Varsóvia do ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado, por ocasião da 19ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19), e reunião de trabalho com chanceler Sikorski
2015	Visita do vice-presidente da República, Michel Temer, à Polónia (16-17 de setembro)
2019	Celebrações do sesquicentenário da imigração polonesa no Brasil.
2019	Visitas à Polónia do ministro das Relações Exteriores Ernesto Henrique Fraga Araújo, em fevereiro e maio
2020	Celebrações do centenário das relações diplomáticas entre a Polónia e o Brasil, e lançamento de selo comemorativo correspondente.
2021	Visita à Polónia do almirante Flávio Augusto Viana Rocha, então secretário especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
2022	Visita do ministro das Relações Exteriores Carlos Alberto Franco França à Polónia, em março.
2022	Realização de reunião de consultas políticas bilaterais, em Brasília (julho).

2024	Visita à Polônia do comandante do Exército Brasileiro, general de exército Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, em abril.
2025	Visita à Polônia do presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Vital do Rêgo, em fevereiro.
2025	Realização da 4ª reunião de consultas políticas bilaterais, em Varsóvia (março).

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO DO ACORDO	ASSUNTOS	DATA	STATUS DA TRAMITAÇÃO
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Polonês de Diplomacia Ignacy Jan Padarewski sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	Academias Diplomáticas	17/09/2015	Em Vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de Pessoas Condenadas.	Direito Penal	26/11/2012	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre o Exercício de Trabalho Remunerado por Membros da Família que Permanecem sob Sustento de Membro do Pessoal da Missão Diplomática ou da Repartição Consular	Dependentes - Atividades Remuneradas	26/11/2012	Em Vigor
Acordo-quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Bilateral em Matéria de Defesa	Defesa e Assuntos Militares	01/12/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia no Campo da Luta Contra o Crime Organizado e outras Modalidades Delituosas	Entorpecentes Direito Penal	09/10/2006	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação no Campo da Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia	Sanidade Animal e Vegetal	09/04/2002	Acordo não ratificado, do período anterior ao ingresso da Polônia na UE.
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação no Campo de Proteção das Plantas.	Agricultura Sanidade Animal e Vegetal	09/04/2002	Acordo não ratificado, do período anterior ao ingresso da Polónia na UE.

Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia	Transporte Aéreo	13/03/2000	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Isenção Recíproca de Vistos.	Vistos e Imigração	14/07/1999	Em Vigor
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia.	Cooperação Científica e Tecnológica	05/09/1996	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Polônia	Consultas Diplomáticas	20/02/1995	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Cultural.	Cooperação Artístico-cultural	29/07/1991	Em Vigor
Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	Cooperação Econômica	05/09/1980	Em Vigor
Minutas de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	Comércio	05/09/1980	Em Vigor
Acordo sobre o Estabelecimento de um Escritório, para Fins Comerciais, na Cidade do Rio de Janeiro entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	Relações Diplomáticas e Consulares	05/03/1980	Em Vigor
Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Polônia.	Transporte Fluvial e Marítimo	26/11/1976	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	Cooperação Econômica	16/01/1975	Em Vigor
Comunicado Conjunto entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polônia.	Declaração Conjunta	01/12/1962	Em Vigor

Protocolo de Negociações Econômicas entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polônia.	Comércio	25/05/1961	Em Vigor
Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular da Polônia.	Comércio	19/03/1960	Em Vigor